



PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS



PACTO ENERGIA

DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Força e Luz Coronel Vivida Ltda
CNPJ 79.850.574/0001-09
Inscrição Estadual 31300827-41
www.pactoenergia.com.br
Rua Iguaçu, 798 - Centro - Coronel Vivida - PR
CEP 85550-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

SUMÁRIO

Apresentação	4
Gestão administrativa	6
Gestão Operacional	10
Compromisso ESG	24
Demonstrações financeiras com relatório do auditor independente	24
Balanço patrimonial	28
Demonstração do resultado	29
Demonstração do resultado abrangente	30
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31
Demonstrações dos fluxos de caixa	32
Demonstrações do valor adicionado	33
Notas explicativas às demonstrações financeiras	34
Demonstrações contábeis regulatórias com relatório do auditor independente	61
Balanço patrimonial	65
Demonstração do resultado	66
Demonstração do resultado abrangente	67
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	68
Demonstração dos fluxos de caixa	69
Demonstração do valor adicionado	70
Notas explicativas às demonstrações contábeis	71

Apresentação

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Nosso negócio

A FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 63 anos de existência. A FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA também esteve presente até meados de 2022 no segmento de geração.

Em 2022, a economia na área da concessão teve reflexos positivos, resultante de investimentos em estrutura e tecnologia, a fim de modernizar e digitalizar a rede, oferecendo aos consumidores melhorias na qualidade e atendimento. Também, questões de ordem tributária impactaram o mercado com o objetivo de mitigar os efeitos inflacionários decorrentes da guerra instalada entre os países Rússia e Ucrânia. No quesito demanda de energia, o mercado apresentou crescimento dentro da normalidade, sempre vinculado a classe residencial. A representatividade das classe em percentual de consumo é dividido entre os setores residencial e comercial, representa 87% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2022.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio de 3 indicações ao prêmio IASC 2022, nas categorias:

- Sul, Sudeste e Centro-Oeste, até 30 mil unidades consumidoras;
- Brasil, Concessionárias até 400 mil unidades consumidoras; e,
- Maior crescimento concessionárias 2022/2021.

Em todas as indicações, obtivemos a 2ª colocação. No entanto, é importante salientar a importância de estarmos entre as 3 (três) melhores distribuidoras de energia do Brasil. Planos de ações estão sendo desenvolvidos para melhorar ainda mais o desempenho, mantendo a tradicional qualidade de fornecimento Forcel, e buscando alternativas para melhorar continuamente nossos indicadores.

Missão, Visão e Valores

Missão: A Energia do futuro. Hoje!

Visão: Ser uma referência nacional em tecnologia aplicada a soluções completas de energia de forma sustentável.

Valores:

Propósito: Conectamos o propósito das pessoas com o propósito da organização.

Atitude de Dono: Agimos como donos para garantir a perpetuidade e alta performance da companhia.

Criatividade: Com apoio da tecnologia, inovamos sempre para atender um mundo em constante transição.

Transparência: O certo tem apenas um caminho, por isso somos transparentes em todas as nossas atitudes.

Orientação ao Cliente: Estamos sempre dedicados a atender nossos clientes, pois são nossa razão de existir.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Administração e Gestão

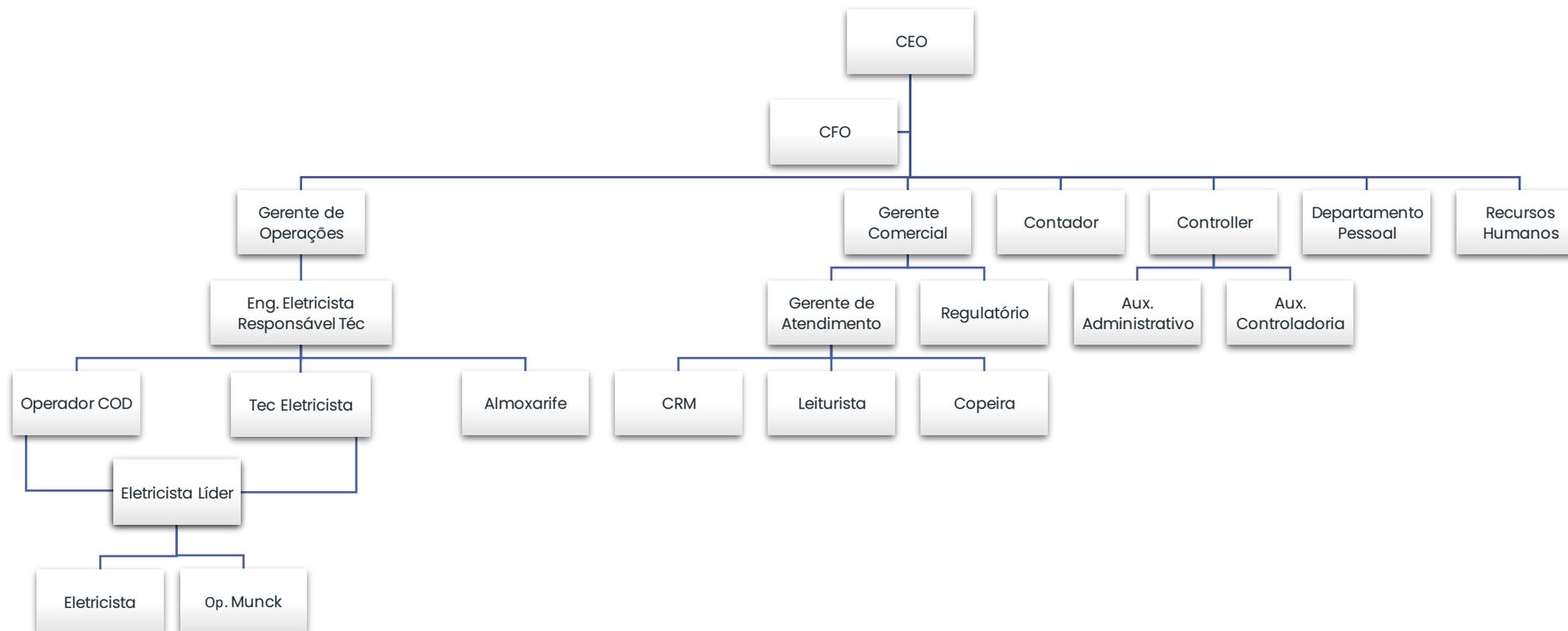
A Pacto Energia S.A. passou a ser a Gestora da Força e Luz Coronel Vivida a partir de 01 de janeiro de 2022. A gestão foi transferida como parte do processo de venda do controle societário da Forcel para o Grupo Pacto Energia S.A.

Estrutura societária

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Força e Luz Coronel Vivida era de R\$ 7,2 milhões, composto por 7.256.534 quotas no valor de 1,00 cada uma, sendo os principais acionistas:

Sócios	Nº Cotas	% Capital	Valor (R\$)
Fábio Berger	3.042.206	41,9237%	R\$ 3.042.206,00
Terezinha Mezzomo	2.400.728	33,0837%	R\$ 2.400.728,00
Município de Coronel Vivida	972.199	13,3976%	R\$ 972.199,00
Roberto Lang	655.116	9,0279%	R\$ 655.116,00
Total	7.070.249	97,4329%	R\$ 7.070.249,00

Organograma operacional



Principais políticas

As Políticas e Normas Internas apresentam as diretrizes e ações a serem observadas para criar um ambiente consistente, transparente e regulado, promovendo conformidade com leis, regulamentos e padrões éticos.

Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria e dos Diretores e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade.

Em 2022, a Forcel possui vigente as seguintes Políticas e Normas Internas:

- Código de Conduta e Ética
- Política de Pagamentos
- Política de Marketing
- Política de Segurança da Informação
- Norma de Recrutamento e Seleção
- Política de Cargos e Salários
- Política de Representações e Viagens

Canal de Integridade

A como parte de grupo Pacto, possui um canal de integridade seguro, confidencial e independente. Os colaboradores e terceiros que prestam serviços ao Grupo são orientados a denunciar qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com o Código de Conduta ou legislação vigente. Esta orientação é reforçada constantemente através de comunicações e treinamentos.

Acesse aqui nosso [Canal de Integridade](#)

Diretoria Executiva

A diretoria da Forcel em 31 de dezembro de 2022 era composta por 2 membros:

Diretor Presidente – Fabio Berger

Diretor técnico – Roberto Lang

Conselho Fiscal

O conselho fiscal desempenha um papel fundamental na garantia da transparência, integridade e conformidade das operações financeiras da entidade. O membros do conselho da Forcel, são:

Presidente – Rodrigo Ferreira Fonseca Pedroso

Diretoria Administrativo Financeiro – Ana Maria Alves de Oliveira Araujo

Controller – Weldon Paulo de Sousa e Silva

Gestão da Qualidade Total

Em 2022 deu início ao processo de treinamento e consultoria externa para a obtenção da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”.

Auditoria Externa

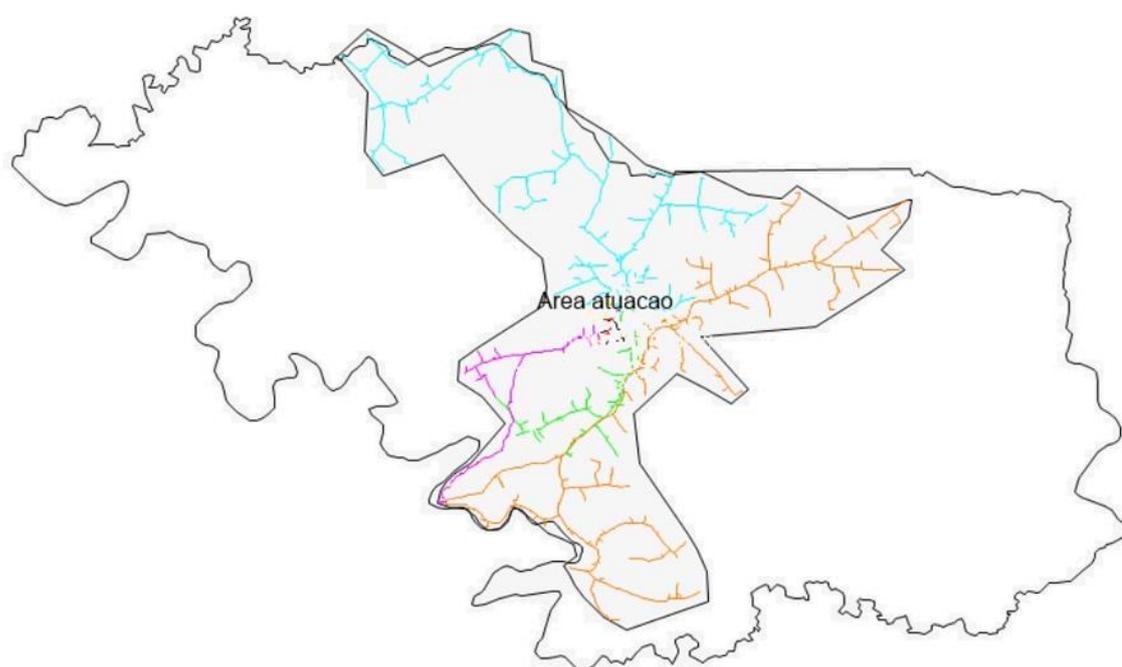
A Forcel teve suas demonstrações contábeis auditadas nos últimos 3 (três) anos pela big four Ernst & Young , como um meio de reforçar o compromisso com a independência, conformidade e transparência.

GESTÃO OPERACIONAL

Abrangência da área de concessão

a concessionária distribui energia elétrica no município de Coronel Vivida, estado do Paraná, que abrange uma população de 20.430 pessoas, com área territorial de 684.417 km² (conforme publicado pelo IBGE 2022). Com área de concessão de 228 km² e 104 km de perímetro, possui a seguinte estrutura de rede:

	Urbano	Rural	Particular	Total
Redes de distribuição - Baixa tensão (km)	109.858	49.647	1.019	160.524
Redes de distribuição - Média tensão (km)	84.073	215.398	3.461	302.932
Postes - unidades	4.515	3.031	18	7.564
Transformadores - unidades	338	272	88	698
Potência instalada em transformadores (kVA)	29.520	16.980	-	46.500



Atendimento aos consumidores

Com forte veia tecnológica, a concessionária, a partir de 2022, veio investindo em canais virtuais e treinando funcionários com o objetivo de possibilitar que as principais demandas dos consumidores possam ser atendidas e resolvidas sem necessidade de comparecimento a agência.

No ano de 2022, um grande destaque foi a implantação da autoleitura com emissão da NF3e de modo instantâneo.

A concessionária disponibiliza os seguintes canais de atendimento:

- a) Presencial: realizado na sede da concessionária, horário comercial de segunda a sexta-feira, das 7:45 as 18:00;
- b) Teleatendimento: ligação gratuita para 0800 46 1244 em horário comercial e 24h para atendimento emergencial;
- c) Email: contato@pactoenergia.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- d) Whatsapp – (46) 3232-1244.

As equipes de atendimento são treinadas para proporcionar maior agilidade, minimizando o risco de erros e garantindo equidade no tratamento a todos os consumidores

Incremento de Geração

Ao final do exercício de 2022, a concessionária estava em fase aprovação de 30 projetos de geração distribuída solar fotovoltaica. São projetos oriundos dos consumidores, incluindo micro e minigeração, totalizando 600 kWp de potência instalada, o que alivia o consumo de aproximadamente em 75.000 kWh / mês na área de concessão. Destaca-se que ao final do ano de 2022 houve elevado número de solicitações de orçamento de conexão de geração distribuída, principalmente devido à publicação da lei 14.300, considerada o marco da geração distribuída, que passou a vigorar a partir de janeiro/2023.

Distribuição de energia elétrica

A Outorgada distribui energia elétrica no município de Coronel Vívda do Estado do Paraná, onde está instalada. Também atende 07 consumidores no ACL – Ambiente de Contratação Livre.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2022, 199 novas ligações com destaque para 150 residenciais, 22 comerciais, 13 rurais e 14 industriais, totalizando 8.511 consumidores atendidos pela Outorgada, número 2,39% superior ao de 2021.

	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	6.576	6.426	6.364	6.197	6.043
Comercial	831	809	785	769	746
Industrial	245	231	157	136	168
Rural	748	735	732	714	710
Poderees Públicos	97	97	96	94	92
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	10	10	10	10	11
Consumo Próprio	3	3	3	3	3
Total	8.511	8.312	8.148	7.924	7.774
Variacão	2,39%	2,01%	2,83%	1,93%	

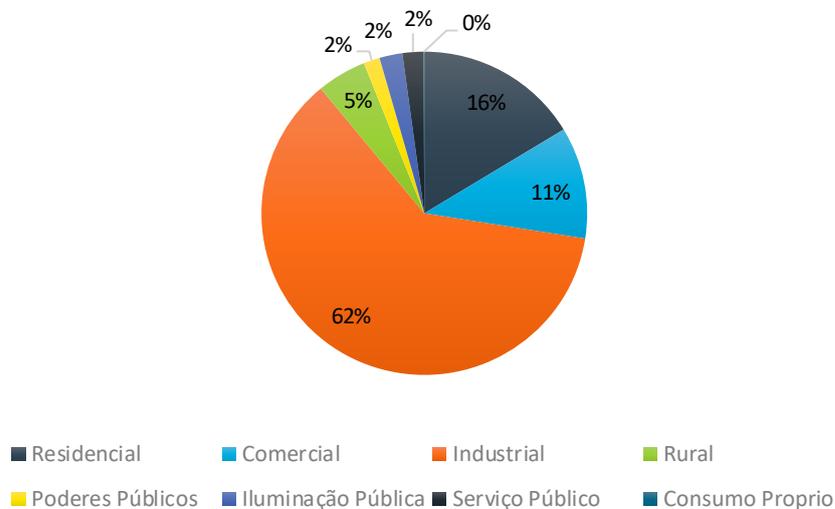
Comportamento do mercado: A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 73,3 MWh (71,3 GWh em 2021).

Os segmentos do mercado que contribuíram de modo equitativo no resultando, sendo o consumo proporcional em todas as classes. A classe industrial é que possui maior representatividade no consumo, com 41,4%, sendo também bem pulverizada, e desse percentual, destacma-se os seguintes ramos de atividade com maior expressividade: fabricação de papel, com 46,2%; produção de pintos de um dia, com 13%; e fabricação de laticínios, com 10,3%.

O consumo total de energia fatura para atender consumidores cativos em 2022 totalizou 73.379 MWh, um acréscimo de 2,8% comparada com a energia faturada no ano de 2021. A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2022, adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador – ANEEL, apresentou um acréscimo de 3%, passando de 75.260 MWh em 2021 para 77.614 MWh em 2022.

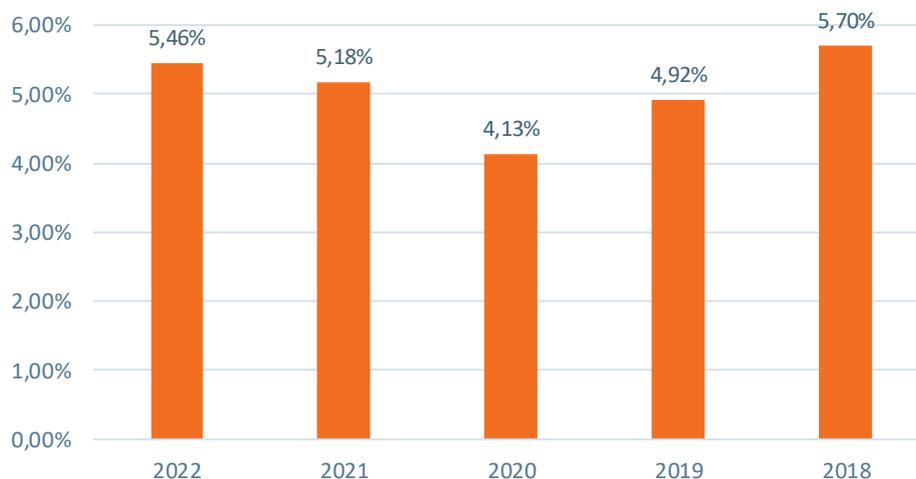
Energia Requerida	2022	2021	2020	2019	2018
Venda de Energia	73.379	71.361	70.097	69.076	65.655
- Fornecimento	73.379	71.361	70.097	69.076	65.655
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	73.379	71.361	70.097	69.076	65.655
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	4235	3899	3022	3573	3971
Perdas Técnicas	4235	3899	3022	3573	3971
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	4235	3899	3022	3573	3971
PT / Energia Requerida %	5,77%	5,46%	4,31%	5,17%	6,05%
Total	77.614	75.260	73.119	72.649	69.626

Energia Requerida



As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma evolução positiva de 5,18% em 2021 para 5,46% 2022.

Perdas totais



Receita

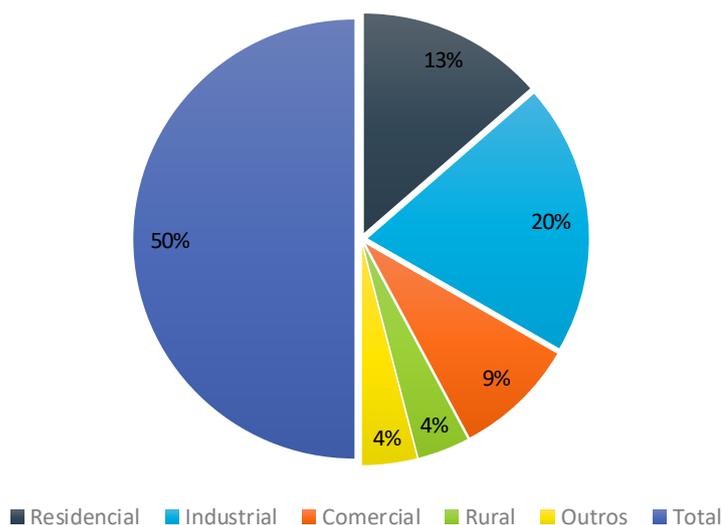
A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 27,5 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2022	2021	%
Residencial	7.475.959	8.988.038	-20,2%
Industrial	10.927.394	17.852.584	-63,4%
Comercial	4.894.217	5.398.366	-10,3%
Rural	2.087.991	2.456.105	-17,6%
Outros	2.211.668	2.398.565	-8,5%
Total	27.597.229	37.093.659	-34,4%

A redução da receita líquida apontada está relacionada a equiparação de tarifa com a distribuidora adjacente. Deste modo, a diferença levantada até o período do reajuste tarifário 2022, foi repassada vida CDE, não sendo contabilizada no faturamento.

Com o reajuste, obtivemos uma redução da tarifa homologada, em função do reconhecimento dos saldos compensados do crédito de pis/cofins desde o início da compensação até o reajuste tarifário 2022, além da devolução integral desse saldo na tarifa para os consumidores.

Receita líquida por classe de consumidores



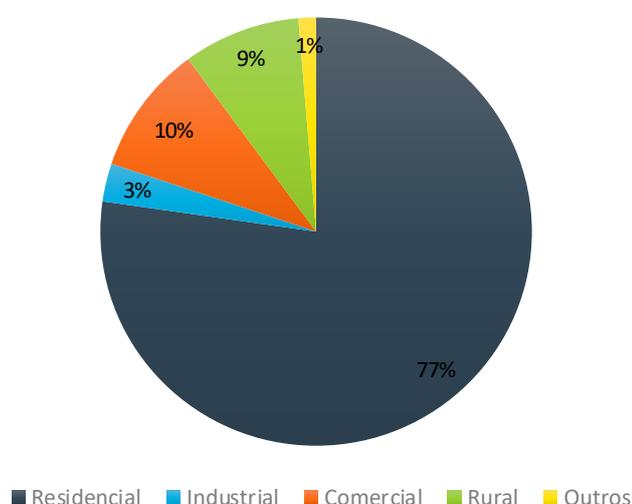
Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 2,3 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores por classe

Classe	2022	2021	% Participação	
Residencial	6.576	6.426	2,3%	77,3%
Industrial	245	231	5,7%	2,9%
Comercial	831	809	2,6%	9,8%
Rural	748	735	1,7%	8,8%
Outros	112	111	0,9%	1,3%
Total	8.512	8.312	2,3%	100,0%

Percentual de consumidores por classe



Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica (Base de Remuneração Regulatória), as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária.

O 5º ciclo da revisão tarifária da Força e Luz Coronel Vivida, ocorreu em fevereiro de 2021, sendo que o 6º ciclo ocorrerá em fevereiro de 2026.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 507,38/MWh, com redução de 18% com relação a dezembro de 2021. Em relação aos custos de aquisição de energia elétrica, sobre o contrato bi-lateral de compra e venda de energia elétrica com sua suprida, houve reajuste da ordem de 10,07%, passando de R\$ 166,51 para R\$ 183,26/MWh.

As tarifas de aplicação da Forcel, constantes da Resolução Homologatória nº 2.924, de 24 de agosto de 2021, alteradas pela Resolução Homologatória Aneel nº 3.009, de 1º de fevereiro de 2022, ficam, em média, reajustadas em -3,93% (menos três vírgula noventa e três por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora.

Classe	2022	2021
Residencial	623,65	757,90
Industrial	242,05	409,31
Comercial	594,65	675,22
Rural	578,70	659,99
Outros	497,84	575,20
Média	507,38	615,52

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Período de Referência	Unidades consumidoras	DEC	DEC limite	FEC	FEC limite
01/2022 a 12/2022	8.398	0,43	8,00	0,83	7,00
01/2021 a 12/2021	8.229	0,17	8,00	0,41	7,00
01/2020 a 12/2020	8.024	0,20	9,00	0,26	7,00
01/2019 a 12/2019	7.851	0,38	9,00	0,54	9,00
01/2018 a 12/2018	7.699	1,23	9,00	2,38	9,00

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de

informação (software), redes (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2022, os principais destaques relacionados a tecnologia de informação e sistemas:

Implanção de COD

Destaca-se também a implementação, em meados de junho de 2022, do Centro de Operações de Distribuição (COD), para atender aos requisitos originados da reestruturação do setor elétrico, sendo responsável pela supervisão e acompanhamento remoto da subestação, consumidores do grupo A, do mercado livre e das principais centrais geradoras, vinculadas ou não à Outorgada. O monitoramento via COD permite detectar problemas, ou possíveis problemas, de forma mais rápida e assim agir de forma mais rápida para mitigá-los, resultando em maior eficiência na operação das unidades consumidoras monitoradas. O COD conta com softwares de monitoramento como o HD Eletro (Subestação, CHG Salto da Alemoa, consumidores do grupo A e do mercado livre), iSolar Cloud (UFV Rodrigo Sauaia) e, futuramente, com o Sistema de Supervisão e Controle Compartilhado via Web (supervisório, em tempo real, e com operação remota da rede elétrica da distribuidora).

Atualização do Software ERP

Foi investido fortemente na atualização de software e treinamento dos colaboradores que o operam, proporcionando assim uma ferramenta adequada para otimizar os recursos disponíveis e seu desempenho. O processo de instalação e implementação de uma versão mais recente de um software melhora as funcionalidades, corrige bugs e fortalece a segurança. Foram também adquiridos vários novos recursos/módulos, tornando assim a gestão muito mais eficiente e produtiva.

Leitura e emissão instantânea da fatura

Com os avanços tecnológicos, muitas empresas estão buscando maneiras de fornecer faturas mais eficientes e acessíveis aos clientes.

Esse processo é realizado da seguinte forma:

Medição Automática: Para permitir a leitura instantânea da fatura, os leituristas são equipados com tecnologia de medição automática, processando automaticamente os dados de consumo, calculando o valor da fatura com base nos preços e tarifas aplicáveis.

Emissão Instantânea: Com o valor da fatura calculado, a Forcel passou a gerar instantaneamente a fatura do cliente. Essa fatura pode ser disponibilizada em formato eletrônico, sendo entregue no momento da medição/emissão para o consumidor.

Pagamento Online: Além da emissão instantânea da fatura, passou-se a oferecer faturas com código de barras, que proporciona opções de pagamento online, permitindo que os clientes efetuem o pagamento de forma rápida e conveniente, sem a necessidade de

deslocar-se até um local físico para pagar a conta.

Essa abordagem de leitura e emissão instantânea de faturas traz vários benefícios, tanto para a empresa quanto para os consumidores. Reduz o tempo e o esforço necessários para processar as faturas, melhora a experiência do cliente e ajuda a garantir que os pagamentos sejam realizados de forma mais pontual. Além disso, a fatura eletrônica possui uma abordagem mais sustentável, reduzindo o uso de papel e recursos naturais.

Aplicativo de carsharing

Como objetivo de trazer tecnologia para o ambiente onde a Forcel atua, disponibilizou-se um veículo e aplicativo de carsharing, que é uma plataforma que permite que os usuários compartilhem veículos totalmente elétricos para realizarem viagens de curta duração. Esse tipo de serviço é projetado para oferecer uma alternativa de transporte flexível, econômica e sustentável, permitindo que os usuários aluguem carros por curtos períodos, normalmente horas ou dias, conforme a necessidade.

O carsharing é uma opção de mobilidade mais sustentável em comparação com a posse individual de veículos, pois permite a utilização eficiente dos automóveis disponíveis, diminuindo a emissão de gases poluentes.

Eletroposto

Os eletropostos são locais específicos onde os proprietários de veículos elétricos podem conectar seus carros para recarregar as baterias. A energia disponibilizada para recarga é gratuita e é gerada por um sistema fotovoltaico. Essas estações são essenciais para facilitar a adoção de veículos elétricos, uma vez que fornecem uma infraestrutura de carregamento.

Os eletropostos são fundamentais para aumentar a conveniência e a viabilidade dos veículos elétricos, incentivando mais pessoas a adotarem essa forma de mobilidade mais sustentável e amiga do meio ambiente. O crescimento da infraestrutura de carregamento é uma preocupação importante para a adoção em massa de veículos elétricos em todo o mundo.

Veículos 100% elétricos

No exercício de 2022, a frota da Forcel foi totalmente eletrificada, sendo os veículos a combustão, substituídos por veículos de mesma capacidade, porém reduzindo as emissões de gases poluentes.

Os veículos elétricos estão ganhando cada vez mais notoriedade em todo o mundo devido aos benefícios ambientais que oferecem, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e poluentes locais, contribuindo para melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas. Além disso, à medida que a tecnologia avança e as infraestruturas de recarga se expandem, a autonomia e a conveniência dos veículos elétricos estão aumentando, tornando-os uma opção mais viável para muitos consumidores.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2022 a administração identificou necessidade de correção dos números apresentados nos exercícios anteriores decorrentes de erros de contabilização, sendo assim, os números reapresentados refletem os resultados efetivamente obtidos, sendo o lucro líquido de R\$ 1,2 milhões, contra R\$ 0,7 milhões em 2021, representando um crescimento de 61%.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 24,7 milhões, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 25 milhões. A estabilidade em relação a receita resulta de percentual de crescimento no número de consumidores de 2,3 %, especialmente na classe residencial, onde o consumo em kW é menor.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 15,7 milhões, 13% superiores em relação à 2021, destacando-se os custos das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 24% no ano, sendo o deconto aplicado ao consumidor livre a maior contribuição (28%) do total dos encargos.

O EBITDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1,3 milhões, superior em 39% a 2021, que foi de R\$ 0,5 milhão, após ajustes de reconciliação.4

A seguir são apresentados indicadores financeiros:

Liquidez geral:

	2022		2021	
<u>ATIVO</u>	23.906	1,18	19.095	2,28
PASSIVO	20.342		8.365	

Liquidez Corrente:

	2022		2021	
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	8.643	0,44	12.127	1,45
PASSIVO CIRCULANTE	19.819		8.365	

Liquidez seca:

	2022		2021	
<u>ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE</u>	8.584	0,43	12.096	1,45
PASSIVO CIRCULANTE	19.819		8.365	

Participação de Capitais de Terceiros:

	2022		2021	
<u>PASSIVO</u>	19.819	0,83	8.365	0,44
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.906		19.095	

Composição do Endividamento:

	2022		2021	
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	19.819	0,97	8.365	1,00
PASSIVO	20.342		8.365	

Multiplicador de Alavancagem Financeira:

	2022		2023	
<u>ATIVO</u>	23.906	6,71	19.095	1,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.564		10.730	

Imobilização do Capital Próprio:

	2022		2023	
<u>IMOBILIZADO</u>	8.615	2,42	6.251	0,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.564		10.730	

Imobilização dos Recursos Não Circulantes:

	2022		2023	
<u>IMOBILIZADO</u>	8.615	2,11	6.251	0,58
PASSIVO NÃO CIRCULANTE + P. L.	4.087		10.730	

Investimentos

Em 2022, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 3,1 milhões, 30% superior em relação à 2021, tendo a seguinte destinação. Os veículos elétricos estão ganhando popularidade em todo o mundo devido aos benefícios ambientais que oferecem, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e poluentes locais, contribuindo para melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas. Além disso, à medida que a tecnologia avança e as infraestruturas de recarga se expandem, a autonomia e a conveniência dos veículos elétricos estão aumentando, tornando-os uma opção mais viável para muitos consumidores.

INVESTIMENTO	VALOR
Equipamento geral	193.307,48
Equipamento geral - adm.	486.518,05
Intangível	243.329,32
Linhas e redes	206.794,64
Medidores	534.368,13
Terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias	36.484,10
Usina	329.374,62
VEÍCULOS	1.131.191,60
Total Geral	3.161.367,94

Tarifa Social da Energia Elétrica

A tarifa social da Energia elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre o enquadramento de consumidores que poderão ser beneficiários de desconto na conta de energia elétrica, e são endereçados aos consumidores classificados como baixa renda, focalizando a concessão do benefício no parâmetro renda. Conforme texto da Lei, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), é caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica, é calculada de modo cumulativo.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2022	2021
Número de residências atendidas	512	554
Residências atendidas pelo Programa /total de consumidores residenciais (%)	7,79%	8,60%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	141.889,26	271.786,84
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial (%)	1,37%	1,93%
Subsídio recebido da Eletrobras, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	169.986,75	179.906,16

Programa Luz Fraterna

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consumam no máximo 120 KWh por mês.

Programa Luz Fraterna	2022	2021
Número total de residências atendidas	347	281
Residências atendidas pelo programa com relação ao total de consumidores (%)	5,27%	4,37%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	142.850,90	110.352,28
Faturamento do Programa / total da receita do faturamento residencial (%)	1,38%	0,78%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	133.250,83	109.341,76

COMPROMISSO ESG

Colaboradores

A Forcel encerrou o ano de 2022 com 27 colaboradores. As mulheres representam 37,5% do quadro funcional e ocupam 3 dos 8 cargos de gestão da empresa.

A evolução salarial ocorre através do acordo coletivos anual. Também, são incorporados a remuneração adicional de produtividade proporcional ao tempo de trabalho. O Plano de Benefícios oferecido têm como objetivo atrair, reter e motivar os colaboradores, sendo oferecidos plano de saúde com assistência médica e hospitalar, auxílio educação, auxílio alimentação e seguro de vida.

BASE DE CÁLCULO	2.022			2.021		
Receita Líquida	24.701.033			25.074.674		
Lucro Operacional	1.336.350			533.083		
Folha de pagamento bruta	2.673.190			2.434.824		
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL
Auxílio alimentação/Transporte	158.513	6%	0,64%	110.424	5%	0,44%
Encargos sociais (sem diretoria)	663.563	25%	2,69%	587.114	24%	2,34%
Seguro de Vida e Plano de Saúde	196.074	7%	0,79%	272.566	11%	1,09%
Seg. e Medicina do Trabalho	4.076	0%	0,02%	-	0%	0,00%
Educação	15.665	1%	0,06%	13.900	1%	0,06%
Ajuda de custos e doações	61.540	2%	0,25%	-	0%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento	56.370	2%	0,23%	-	0%	0,00%
Subtotal	1.155.801	43%	5%	984.003	40%	4%
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	236.436	9%	1%	171.444	7%	1%
TOTAL	1.392.237	52%	6%	1.155.447	47%	5%

Indicadores do Corpo Funcional	2022	2021
	Nº de empregados	Nº de empregados
Nº de empregados ao final do exercício	27	31
Nº de empregados terceirizados	2	1
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	17	4
2º Grau	9	16
1º Grau	1	11
Faixa Etária dos empregados:		
Abaixo dos 30 anos	8	3
De 30 até 45 anos (inclusive)	9	10
Acima de 45 anos	10	19
Admissões durante o período	7	2
Demissões durante o período	1	6
Nº de mulheres que trabalham na empresa	9	7
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	37,5	0
Estagiários	0	0
Menor aprendiz	0	0

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Força e Luz Coronel Vivida vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, descarbonização, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

Projeto Natal Iluminado

Objetivando promover a arrecadação de presentes de Natal para as crianças cadastradas no projeto social "Criança Feliz" do município de Coronel Vivida/PR, este projeto abrangeu crianças cujas famílias recebem auxílios de políticas públicas. Em dezembro de 2022 foram acolhidas 198 crianças através das "cartinhas ao Papai Noel", onde as crianças deixaram na árvore de Natal localizada na Pacto seus presentes desejados. Foram 98 famílias atendidas com este projeto.

Projeto doação na fatura de energia, APAE / APMI / AVPA

O projeto foi desenvolvido com objetivo de promover a arrecadação de forma contínua de doações as instituições diretamente na fatura de energia. Foram registradas 4.421 doações com valores diversos no ano de 2022, totalizando uma arrecadação em 2022 de R\$ 22.451,00, repassados integralmente às instituições.





PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Financeiras

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2022

com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Sócios da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência da correção de erros de competência de períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 04 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC-PE023398/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentad
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	4	3.305	3.694	4.405
Consumidores	5	2.616	4.747	3.889
Estoques		59	30	30
Tributos a recuperar		63	31	34
Ativos financeiros e setoriais	8	2.268	3.411	1.998
Adiantamento a terceiros		173	84	44
Despesas antecipadas		-	11	8
Outros créditos		158	119	147
		15.264	14.166	16.172
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a recuperar	7	5.878	7.223	9.133
Depósitos judiciais		89	104	79
Tributos diferidos		-	-	53
Outros créditos		177	152	153
Ativo financeiro de concessão	9	505	461	396
Imobilizado	9	-	146	157
Intangível	9	8.615	6.080	6.201
		23.906	26.293	26.727
TOTAL DO ATIVO				
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	4.031	5.017	5.288
Empréstimos e financiamentos		262	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		296	296	295
Tributos a recolher	11	521	1.588	1.297
Encargos setoriais	12	717	1.151	2.188
Passivos financeiros setoriais	8	4.378	769	580
Lucros a distribuir		584	596	622
Outras contas a pagar	13	9.030	14.721	14.912
		523	-	85
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		523	-	-
Provisão para contingências	14	-	-	85
		3.564	2.155	1.460
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	15	7.257	7.257	7.345
Prejuízos acumulados		(3.693)	(5.102)	(5.885)
		23.906	26.293	26.727
TOTAL DO PASSIVO				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 (reapresentado)
Receita líquida	16	25.520	26.043
Custo das atividades operacionais			
Custos com energia elétrica para revenda	17	(15.496)	(17.818)
Custos da construção	18	(913)	(969)
Custos de operação	18	(3.948)	(2.753)
		(20.357)	(21.540)
Lucro bruto		5.163	4.503
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(4.430)	(3.540)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	688	(430)
		(3.742)	(3.970)
Resultado financeiro	20		
Receita financeira		2.007	1.661
Despesa financeira		(1.299)	(803)
		708	858
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.129	1.391
Imposto de renda e contribuição social		(720)	(608)
Correntes	21	(720)	(555)
Diferidos		-	(53)
Lucro líquido do exercício		1.409	783
Quantidade de quotas		7.257	7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		194,16	107,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.409	783
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de Resultados abrangentes do exercício	1.409	783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	7.345	(5.885)	1.460
Redução de capital	(88)	-	(88)
Lucro líquido do exercício	-	783	783
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	7.257	(5.102)	2.155
Lucro líquido do exercício	-	1.409	1.409
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	(3.693)	3.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.129	1.391
Ajustes para a reconciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	441	477
Juros e variações monetárias, líquidas	(2.128)	(361)
Participação financeira do consumidor	(2)	178
Provisão para perdas créditos esperadas	11	21
Reversão de provisão de contingências	-	(85)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	3.102	921
Inventário de estoque – Material em depósito	(551)	-
	3.002	2.542
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	2.121	(879)
Estoques	(29)	-
Tributos a recuperar	(58)	3
Ativos financeiros e setoriais	1.195	(1.317)
Depósitos judiciais	15	(25)
Outros ativos	(143)	(14)
	3.101	(2.232)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(216)	(271)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1
Tributos a recolher	1.015	1.854
Encargos setoriais	(435)	(1.037)
Passivos financeiros setoriais	3.609	189
Outros	(4.352)	420
	(379)	1.156
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.724	1.466
Imposto de renda e contribuição social pagos	(677)	(555)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.047	911
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no ativo financeiro da concessão	(44)	(64)
Aplicações no imobilizado	(167)	-
Aplicações no intangível	(5.213)	(1.444)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.424)	(1.508)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Lucros distribuídos	(12)	(114)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12)	(114)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(71)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.694	4.405
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(71)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

	2022	2021
		(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL	41.607	45.428
Fornecimento de energia elétrica	36.866	43.555
Outras Receitas	4.752	1.894
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(21)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19.607)	(20.271)
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	(17.818)
Custos da construção	(913)	(969)
Materiais, serviços e outros	(3.198)	(1.484)
VALOR ADICIONADO BRUTO	22.000	25.157
Quotas de reintegração	-	-
Depreciação/Amortização	(442)	(477)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	21.558	24.680
VALOR ADICIONADO RECEBIO EM TRANSFERENCIA	7.190	4.766
Aluguéis	652	322
Receitas Financeiras	2.007	1.661
Subvenções diversas	4.531	2.783
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.748	29.446
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	28.748	(29.446)
Pessoal	(4.819)	(4.428)
Remuneração Direta	(3.366)	(3.272)
Benefícios	(553)	(397)
Encargos Sociais	(900)	(759)
Impostos, Taxas e Contribuições	(13.350)	(17.441)
Federais	(3.495)	(3.513)
Estaduais	(9.814)	(13.903)
Municipais	(41)	(25)
Encargos do Consumidor	(7.708)	(5.875)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(133)	(112)
Programa de eficiência energética - PEE	(131)	(112)
Conta de Desenvol. Energético. - CDE	(5.107)	(4.436)
Bandeiras Tarifárias	(2.310)	(1.188)
Outros Encargos	(27)	(27)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(1.430)	(913)
Juros e variações monetárias	(1.298)	(803)
Aluguéis	(132)	(110)
Outros gastos da concessão	(32)	(6)
Indenização por danos elétricos	(32)	(6)
Remuneração de Capitais Próprios	(1.409)	(783)
Lucro líquido do exercício	(1.409)	(783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 8.426 (R\$ 9.261 em 31 de dezembro de 2021 reapresentado), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário decorrente de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o qual originou obrigações ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2022 foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica nº 168/2022-SGT/ANEEL. Durante o exercício de 2022, o montante de R\$ 7.173 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração tem a expectativa de que o saldo de R\$ 6.336 será amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023.

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período, reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2022, bem como irá gerar caixa adicional para a Empresa.

Impactos da COVID-19

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, meados de março de 2020, a Empresa vem mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores. A Empresa continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Empresa é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Empresa.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 04 de agosto de 2023.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a

- Receita de fornecimento de energia não faturada;
- Provisões;
- Ativos e passivos financeiros setoriais; e
- Ativo financeiro – bens da concessão.

2.4. Principais práticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Empresa, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Empresa possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a administração da Empresa decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero (ITG 01 (R1)).

A receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL.

b. Tributos**Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto de renda e contribuição social – diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado ('CA'):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento d'le principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'):** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'):** todos os demais ativos financeiros.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Empresa utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e. Consumidores

Estão apresentadas a valores de realização. Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados e acréscimos moratórios. A Empresa contabiliza provisão para perdas de créditos esperadas em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

f. Ativos e passivos financeiros setoriais

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Empresa, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

g. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens correspondentes, limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor avaliado pela

administração para verificar a existência de indicativos da perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro - concessão, refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Comunicado Técnico Geral CTG 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as pendências em curso. A Empresa não espera reembolsos em conexão com o resultado desses processos.

2.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações financeiras normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há normas ou interpretações emitidas em 2022, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. A partir de 01 de janeiro de

2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamento Técnico CPC 50</p> <p>Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).</p>	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20</p> <p>Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.</p>	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21</p> <p>Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros:</p>	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Empresa

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.				
Alteração no IFRS 16	IFRS 16	Emissão a nível de IABS	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback				

3. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, estão sendo alterados e reapresentados em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores descritos

abaixo. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		01/01/2021
	Resultado	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldos originalmente publicados	1.235	10.730	9.583
(a) Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)	(1.910)	7.223	9.133
(b) Contabilização de passivo regulatório com consumidores - ressarcimento de PIS e Cofins aos consumidores referentes aos créditos acima	(526)	(12.380)	(11.855)
(c) Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito	(25)	(25)	-
(d) Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor	-	(2.751)	(2.751)
(e) Contabilização de provisão para honorários advocatícios a pagar	936	(1.715)	(2.651)
(f) Contabilização de passivos financeiros setoriais - Bandeiras Tarifárias	1.073	1.073	-
	(452)	(8.575)	(8.124)
Saldos reapresentados	783	2.155	1.459

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021:

Reapresentado	Publicado	Reapresentado	Publicado
---------------	-----------	---------------	-----------

ATIVO	Ref.	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020
CIRCULANTE		12.127	-	12.127	10.555	-	10.555
Caixa e equivalente de caixa		3.694	-	3.694	4.405	-	4.405
Consumidores		4.747	-	4.747	3.889	-	3.889
Estoques		30	-	30	30	-	30
Tributos a recuperar		31	-	31	34	-	34
Ativos financeiros e setoriais		3.411	-	3.411	1.998	-	1.998
Adiantamento a terceiros		84	-	84	44	-	44
Despesas antecipadas		11	-	11	8	-	8
Outros créditos		119	-	119	147	-	147
NÃO CIRCULANTE		14.166	7.198	6.969	16.172	9.133	7.039
Tributos a recuperar	3.(I)	7.223	7.223	-	9.133	9.133	-
Depósitos judiciais		104	-	104	79	-	79
Tributos diferidos		-	-	-	53	-	53
Outros créditos		152	-	152	153	-	153
Ativo financeiro de concessão		461	-	461	396	-	396
Imobilizado	3.(II) e 3.(V)	146	135	11	157	144	13
Intangível	3.(II) e 3.(V)	6.080	(160)	6.240	6.201	(144)	6.345
TOTAL DO ATIVO		26.293	7.198	19.095	26.727	9.133	17.594

PASSIVO	Ref.	Reapresentado		Reapresentado		Publicado	
		31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020
CIRCULANTE		24.138	15.773	8.365	25.182	17.256	7.926
Fornecedores	3.(III)	5.017	2.751	2.266	5.288	2.751	2.537
Obrigações sociais e trabalhistas		296	-	296	295	(19)	314
Tributos a recolher		1.588	-	1.588	1.297	-	1.297
Encargos setoriais		1.151	-	1.151	2.188	-	2.188
Passivos financeiros setoriais	3.(IV)	769	(1.073)	1.842	580	-	580
Lucros a distribuir		596	88	508	622	-	622
Outras contas a pagar	3.(I)	14.721	14.007	714	14.912	14.524	388
NÃO CIRCULANTE		-	-	-	85	-	85
Provisão para Contingências	3.(III)	-	-	-	85	-	85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.155	(8.575)	10.730	1.460	(8.123)	9.583
Capital social		7.257	-	7.257	7.345	-	7.345
Prejuízos acumulados		(5.102)	(8.575)	3.473	(5.885)	(8.123)	2.238
TOTAL DO PASSIVO		26.293	7.198	19.095	26.727	9.133	17.594

Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Ref.	Reapresentado		Publicado	
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	
Receita líquida	3.(IV)	26.043	1.073	24.970
Custo das atividades operacionais				
Custos com energia elétrica para revenda		(17.818)	-	(17.818)
Custos da construção		(969)	-	(969)
Custos de operação	3.(V)	(2.753)	(25)	(2.728)
		(21.540)	(25)	(21.515)
Lucro bruto		4.503	1.048	3.455
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	3.(I)	(3.540)	1.021	(4.561)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(430)	(2.256)	1.826
		(3.970)	(1.235)	(2.735)
Resultado financeiro				
Receita financeira	3.(I)	1.661	347	1.314
Despesa financeira	3.(I)	(803)	(612)	(191)
		858	(265)	1.123
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.391	(452)	1.843
Imposto de renda e contribuição social		(608)	-	(608)
Correntes		(555)	-	(555)
Diferidos		(53)	-	(53)
Lucro líquido do exercício		783	(452)	1.235
Quantidade de quotas		7.257		7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		107,90		170,20

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Ref.	Reapresentado		Publicado	
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.391	(452)	1.843
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		911	(28)	939
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.508)	28	(1.536)
Caixa líquido gerado pelas aplicado nas atividades de financiamento		(114)	-	(114)
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		(711)	-	(711)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		4.405	-	4.405
No final do exercício		3.694	-	3.694
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa		(711)	-	(711)

I. Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 02 de maio 2019, onde, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de junho de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Considerando a natureza do crédito e, ainda que no âmbito regulatório o tema está sendo avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, visto que a mesma avalia e considera que os valores, resultado do sucesso da ação, que devem ser devolvidos ao consumidor, durante o cada exercício. Em 27 de Junho de 2022 foi publicada a Lei de Nº 14.385 que adotou o entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial devem ser ressarcidos aos consumidores de forma integral mediante critérios equitativos considerados no procedimento de revisão tarifária, Como citado no "Art. 3º-B A Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)".

Dessa forma, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a recuperar) e passivo (Outras contas a pagar), sendo registrado no resultado apenas a diferença monetária apurada entre a correção mensal aplicada, resultando na atualização do saldo do crédito a Compensar da concessionária e o Saldo a devolver para Consumidores. Também realizou-se a Provisão com serviços Jurídicos na proporção de 30% (trinta por cento) do saldo a recuperar, a apropriação da despesa ocorrerá mensalmente de acordo com o montante de créditos compensados.

A fim de constituir o saldo do crédito de Tributos a recuperar – Ativo Não Circulante, elaborou-se a composição anual dos valores obtidos a título de atualização monetária, que corresponde a aplicação da taxa Selic sobre montante do saldo, bem com o saldo compensado no exercício com o débito dos impostos federais passíveis de compensação.

A partir da publicação da regulamentação para devolução dos créditos aos consumidores, na tempestiva revisão tarifária ciclo 2022/2023 realizada pela Aneel, foram considerados a somatória do valor total do crédito compensado desde a sua homologação a título de devolução ao consumidor, bem como a projeção de saldo a compensar até o próximo ciclo de revisão tarifária. Esta informação está vinculada no arquivo SPARTA disponibilizado pela Aneel.

Sendo assim, em contrapartida à composição do Crédito de Tributos a recuperar, creditou-se em Passivo Circulante – Outras Contas a pagar, o mesmo valor a título de saldo de devolução ao consumidor, conforme determina a legislação. Da mesma forma que o crédito do Ativo, o saldo do Passivo também sofreu correção mensal pela Selic durante os exercícios.

Pelo reconhecimento dos Débitos e Créditos nas contas patrimoniais, os valores a título de correção monetária foram registrados no resultado, sendo R\$ 347 referente a Receitas Financeiras e -R\$ 612 para com Despesa financeira.

A legislação não versa sobre o rateio ou outra formada de diluição os honorários advocatícios entre as partes beneficiárias, sendo deste modo então os honorários absorvidos integralmente pela Concessionária e registrados como despesa. O valor R\$ 2.651 foi reconhecido no Passivo Circulante – Outras Contas a pagar.

Os valores pagos a título de serviços jurídicos, apropriados em despesas jurídicas no exercício 2021, foram estornados do Resultado (R\$ 1.021). A composição de R\$ 1.021 refere-se ao pagamento do

exercício corrente (R\$ 612), bem como a reversão da provisão (R\$ 409) da apropriação com despesas jurídicas realizada em novembro/2021.

A fim de realizar o lançamento em tempo oportuno, os saldos constituídos foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido – Reserva Lucros.

II. Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito

Conforme item 9 do CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. As estimativas para perdas com ativos são baseadas em premissas sobre o risco de que o custo médio histórico registrado contabilmente não exceda, nas condições existentes, o valor novo de reposição.

Os materiais classificados no ativo circulante destinados a investimentos, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Conforme apontado pelo relatório de auditor independente, devido ao seu valor relevante, não há previsão para realização deste estoque até o final da concessão (2045), levando em consideração a aplicação histórica.

A fim de realizar avaliação do valor recuperável desse ativo, buscou-se evidências através da abordagem de pesquisa de mercado, item a item, com o objetivo de realizar o registro do valor experimentado nas situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo menor valor entre o custo médio, valor da última compra e valor de mercado. O saldo obtido para os anos de 2021 e 2022 foram reconhecidos no resultado do exercício. Como critério de ajuste a valor presente do exercício de 2021, ao valor de mercado foi aplicado o índice de 10,06% (IPCA acumulado 2021) a título de desinflacionar o bem, bem como redução ao valor líquido de impostos (federais e estaduais).

III. Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor

A relação civil contratual existente entre unidade Supridora Copel e a unidade Suprida Forcel, constitui-se de contrato compra e venda de energia elétrica nº 02/2015 firmado em 01/2015, e posteriormente celebrou-se termo aditivo 736/2016 alterando os montantes mensais de energia contratada inicialmente. Porém, nesse período houve redução da quantidade de MWh adquiridos da supridora, em função da migração de consumidores para ACL (ambiente de contratação livre). Ao final do exercício a supridora emitiu fatura de R\$ 5.780 mil relativa ao montante de energia não adquirida, fora da faixa de tolerância.

O referido valor permanece em discussão judicial, porém a importância em discussão após mediação pela ANEEL é de R\$ 2.751, conforme nota fiscal nº 171476608. Sendo assim, a importância foi reconhecida inicialmente no Passivo Circulante – Contas a Pagar – Fornecedores em contrapartida Custo de Energia comprada para revenda.

IV. Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias

Durante o exercício de 2021 houve acionamento de bandeiras tarifárias, que repassa de forma imediata o aumento de custo na geração para o consumidor, e assim a concessionária recolheu nesse período os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias.

Após a contabilização e liquidação financeira no MCP (mercado de curto prazo) pela CCEE (câmara de comercialização de energia elétrica), a apuração do valor da concessionária nos meses de setembro, Outubro e Novembro de 2021 equivalente a R\$ 1.073, deixou de ser reconhecida em período oportuno no resultado. Sendo possível, após composição do saldo, efetuar o devido reconhecimento contábil em conta de resultado do montante apurado.

V. Reclassificação de Saldo de Imobilizado e Intangível

Conforme contrato de Concessão nº 69/99 e respectivos aditivos, Cláusula Segunda – Condições de prestação do Serviço público de distribuição de energia elétrica, na subcláusula décima sétima específica que a CONCESSIONÁRIA obriga-se, caso pretenda participar de novos empreendimentos de geração, a organizar e administrar separadamente as concessões de distribuição e geração,

inclusive constituindo empresa juridicamente independente, observadas as condições de participação estabelecidas em legislação específica.

Deste modo, o saldo da atividade de geração, enquanto vinculada às atividades exercidas pela Forcel, foram segregados do Intangível para Imobilizado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Contas bancárias à vista	184	1.091
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (a)	3.121	2.603
	3.305	3.694

- a. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média entre 95% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021.

5. Consumidores

	2022	2021
Residencial	776	1.498
Industria	1.000	1.434
Comércio	453	899
Rural	186	299
Poder público	73	115
Iluminação pública	56	114
Serviço público	72	121
Luz fraterna	8	9
Outros	24	296
	2.648	4.785
Provisão para perdas de créditos esperadas	(32)	(38)
	2.616	4.747

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 10% ou mais da receita anual.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	2.297	4.258
Vencidos até 90 dias	287	496
Vencidos de 91 a 180 dias	31	3
Vencidos de 181 a 360 dias	8	6
Vencidos de 361 em diante	25	22
	2.648	4.785

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(38)	(17)
Constituição	(11)	(21)
Write-off da provisão	17	-
Saldo final	(32)	(38)

6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

	2022	2021
Resultado		
Serviços de terceiros		
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	(638)	(614)
Aluguéis		
Fábio Berger (b)	(26)	(77)
Gastos diversos		
Máxima FM Ltda. (c)	(19)	(13)
	(683)	(704)

- Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa a Sra. Tatiane Berger, filha do Sr. Fábio Berger que é administrador e quotista da Concessionária. Os serviços contratados pela Empresa referem-se a honorários advocatícios.
- Fábio Berger - administrador e quotista da Empresa. As despesas com aluguéis referem-se ao contrato de imóvel comercial.
- Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 336 (2021: R\$ 835).

7. Tributos a recuperar

Em março de 2017, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Tributos a recuperar – Não circulante	2022	2021
Saldo inicial	7.223	9.133 (reapresentado)
Correção monetária	754	348
Compensação com débitos tributários	(2.111)	(2.258)
Outros tributos Estaduais	12	-
Saldo final	5.878	7.223

Saldos por tributo	2022	2021
		(reapresentado)
Pis a compensar	447	845
COFINS a compensar	5.419	6.378
ICMS a compensar	12	-
	5.878	7.223

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos financeiros setoriais	2022	2021
Custos de energia comprada para revenda - CVA Energia	1.046	2.951
Prog. Incentivo às Fontes Alternativas de energia - PROINFA	169	48
Transporte de energia RB	11	25
Transporte de energia - Itaipu	73	43
Conta de desenvolvimento energético - CDE	671	269
Neutralidade da Parcela A	-	75
Sobrecontratação de Energia	140	-
Encargos de Serviço do Sistema	158	-
	2.268	3.411

Passivos financeiros setoriais	2022	2021
		(Reapresentado)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	129
Neutralidade da Parcela A	30	138
Bandeiras tarifárias	-	390
Outros	4.348	112
	4.378	769

Passivos financeiros setoriais - OUTROS	2022	2021
Ultrapassagem de demanda	46	25
Excedente reativo	132	87
Demais passivos financeiros setoriais - Despacho 1959/2022	505	-
Devolução de Crédito de Pis/COFINS - Sem base ICMS	3.665	-
	4.348	112

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário e são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL em cada reajuste tarifário.

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da resolução nº. 547 de maio de 2013, e está em vigor em todo o país desde o dia 1º de janeiro de 2015. O valor consignado no passivo da Empresa corresponde a arrecadação por meio das faturas de energia elétrica, líquida dos impostos, o qual deve ser repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou compensado com os custos que integram a CVA consignada em conta ativa.

9. Ativos financeiros da concessão e intangível

Com base na análise dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, a administração aplicou a Interpretação Técnica Geral ITG 01 - Contratos de Concessão, que orienta

sobre o reconhecimento de concessões de serviços públicos, como forma de refletir o negócio da Empresa, conforme a seguir:

- A parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, estão sendo reconhecidas como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- A parcela que será depreciada ou amortizada dos direitos integrantes da concessão, durante todo o período da concessão, está sendo reconhecida como ativo intangível, que representa um direito que será remunerado pelos usuários dos serviços públicos pela tarifa pactuada com o poder concedente.

Por natureza, os bens da concessão e o imobilizado da Empresa estão constituídos da seguinte forma:

	2022				2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Intangível	Intangível	Ativo financeiro da concessão
					(Reapresentado)		
Terrenos	-	-	-	376	3	3	356
Reservatórios e barragens	-	-	-	-	14	-	-
Edificações e benfeitorias	330	(265)	65	-	61	47	-
Máquinas e equipamentos	11.172	(5.539)	5.633	128	5361	5.254	105
Veículos	1.131	(6)	1.125	-	335	335	-
Móveis e utensílios	629	(108)	521	-	6	6	-
Softwares	536	(308)	228	-	-	-	-
Materiais em depósito	2.198	-	2.198	-	1.617	1.592	-
	15.996	(6.226)	9.770	505	7.397	7.237	461
Participação do consumidor	(1.155)	-	(1.155)	-	(1.157)	(1.157)	-
	14.841	(6.226)	8.615	505	6.240	6.080	461

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas pelas resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Descrição do ativo	Taxa média de depreciação (a.a.)
Estrutura	3,57%
Condutor	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador	4,35%
Veículos	14,29%
Equipamentos em geral	6,25%
Edificações	3,33%

A taxa média de depreciação e o valor residual dos bens foram determinados considerando a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão, bem como o valor estimado da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Movimentação dos saldos

I. Intangível

	Saldos 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos 31/12/2022
(Reapresentado)						
Terrenos	3	-	-	(3)	-	-
Edificações e benfeitorias	47	229	(205)	3	(9)	65
Máquinas e equipamentos	5.254	1.266	(1.177)	679	(389)	5.633
Veículos	335	1.426	(578)	-	(58)	1.125
Móveis e utensílios	6	710	(105)	(58)	(32)	521
Softwares	-	227	(42)	58	(15)	228
Materiais em depósito	1.592	2.005	(720)	(679)	-	2.198
	7.237	5.863	(2.827)	-	(503)	9.770
Participação do consumidor	(1.157)	(96)	28	-	70	(1.155)
	6.080	5.767	(2.799)	-	(433)	8.615

De acordo com o OCPC 01 – Contratos de concessão, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente (valor residual) como ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

Os grupos de intangíveis que possuem valor residual após estimativa de amortização e depreciação até o final do período de concessão, foram transferidos para o Ativo financeiro da concessão. Findo o exercício, os saldos são recalculados, revertidos para o intangível e apropriados novamente para o exercício seguinte.

II. Imobilizado

	Saldos 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação 2022	Saldos 31/12/2022
(Reapresentado)					
Edificações e benfeitorias	15	-	(15)	-	-
Máquinas e equipamentos	12	-	(12)	-	-
Móveis e utensílios	119	167	(278)	(8)	-
	146	167	(305)	(8)	-

III. Ativo financeiro da concessão

	Saldos em 31/12/2021	Reversão	Provisão	Saldos em 31/12/2022
Ativo da Concessão	461	(482)	526	505
	461	(482)	526	505

10. Fornecedores

	2022	2021
		(reapresentado)
Fornecedores de energia elétrica	3.487	4.506
Fornecedores de materiais e serviços	544	511
	4.031	5.017

11. Tributos a recolher

	2022	2021
IRPJ	29	2
CSLL	14	3
PIS	28	33
COFINS	118	153
ICMS	314	1.392
ISS	7	2
OUTROS	11	3
	521	1.588

A partir do mês de novembro/2018, a Empresa passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A redução do montante a recolher está vinculada diretamente ao valor de ICMS, que através da Lei 194 de junho de 2022 que determina a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (18%) para o estado do Paraná.

12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

Encargos Setoriais	2022	2021
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	461	941
Programa de incentivo as Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	70
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	256	46
Programa de Eficiência Energética	-	82
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	-	8
Outros	-	4
	717	1.151

13. Outras contas a pagar

	2022	2021
		(reapresentado)
Compra de energia microgeração	537	377
Consumidores PIS/COFINS a compensar	6.336	11.855
Honorários advocatícios - Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda.	1.637	2.155
Redução tarifária 22/23 - Classe A	335	-
Outros	185	334
	9.030	14.721

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

14. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que as providências legais já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Empresa, sendo reavaliadas periodicamente.

Assim, com base na opinião dos assessores jurídicos, há prognóstico de perda possível para algumas ações em que a Empresa é polo passivo e que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Empresa e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 25 (R1), são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências correspondem ao valor de R\$3.352 decorrentes de processos cíveis (2021: R\$ 1.267).

15. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

	2022 e 2021	
	Quotas	Valor Total
Prefeitura Municipal de Coronel Vívda	972.199	972
Outros quotistas	6.284.335	6.285
	7.256.534	7.257

Em 19 de maio de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração e consolidação da 28ª alteração contratual, que tratou da retira da sociedade de Moacir Francisco Stellerd através transferência de cotas ao sócio majoritário Fabio Berger, não resultando, porém, em alteração no total de cotas e do capital social.

Em 25 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, no montante de R\$ 88, decorrente da saída de sócios pessoas físicas da sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante permanece registrado no passivo circulante, no grupo de lucros a distribuir.

b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término de cada exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos lucros de exercícios anteriores aos sócios, no montante de R\$ 12 (2021: R\$ 114).

16. Receita líquida

	2022	2021
Fornecimento de energia elétrica		(reapresentado)
Residencial	9.344	12.601
Industrial	16.691	17.859
Comercial	6.073	7.410
Rural	2.074	2.463
Poder público	922	1.003
Serviço público	897	1.026
Iluminação pública	865	1.193
	36.866	43.555
Ativos e passivos setoriais		
Constituição e amortização energia	(1.251)	947
Constituição e amortização PROINFA	53	66
Constituição e amortização rede básica	(14)	(5)
Constituição e amortização transporte de energia elétrica Itaipu	27	232
Constituição e amortização encargos de serviços de sistema	(191)	289
Constituição e amortização CDE	494	(155)
Constituição e amortização neutralidade parcela A	(35)	(395)
Constituição e amortização ultrapassagem e demanda	30	10
Constituição e amortização ultrapassagem excedente reativo	293	23
Constituição e amortização recuperação de PIS e COFINS	2.391	-
Constituição e amortização risco outros	1.455	357
Sobrecontratação de energia	205	-
	3.457	1.369
Serviços cobráveis		
Serviços taxados	91	76
	91	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		
Subvenção subsídio tarifário	4.380	2.610
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - baixa renda	151	173
	4.531	2.783
Receitas de construção	913	969
(-) Impostos incidentes sob receita		
PIS	(494)	(518)
COFINS	(2.281)	(2.386)
ICMS	(9.814)	(13.903)
ISS	(41)	(26)
	(12.630)	(16.833)
(-) Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D	(55)	(45)
Fundo Nac. de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	(52)	(45)
Ministério de minas e energia - MME	(26)	(22)
Programa de eficiência energética - PEE	(105)	(90)
Procel	(26)	(22)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.108)	(4.435)
Taxas de fiscalização	(27)	(27)
Bandeira tarifárias	-	(122)
Consumidores livres - desconto	(2.309)	(1.068)
	(7.708)	(5.876)
Receita líquida	25.520	26.043

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da

Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da FORCEL beneficiados pelos referidos Programas em 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	5.717	87%	5.605	87%
Número de consumidores atendidos como "Baixa Renda"	512	8%	540	8%
Número de consumidores atendidos como Luz Fraterna	347	5%	281	4%
	6.576	100%	6.426	100%

Os dados do faturamento por classe de consumidores atendidos podem ser apresentados conforme quadro a seguir:

	Qtde. Cons.		MW/h		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Residencial	6.576	6.426	11.981	11.859	9.344	12.601
Industrial	245	231	45.146	43.616	16.691	17.859
Comercial	831	809	8.202	7.995	6.073	7.410
Rural	748	735	3.607	3.721	2.074	2.463
Poder público	97	97	1.186	979	922	1.003
Serviço público	10	10	1.540	1.429	897	1.026
Iluminação pública	1	1	1.671	1.692	865	1.193
Outros	3	3	46	70	-	-
	8.511	8.312	73.379	71.361	36.866	43.555

17. Energia elétrica comprada para venda

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(15.744)	(18.492)
(-) Cofins não cumulativo	1.102	1.020
(-) Pis não cumulativo	239	221
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	(1.093)	(567)
	(15.496)	(17.818)

18. Custo de operação e construção

	2022	2021
		(reapresentado)
Custo de construção		
Custo de construção - Linhas e redes	(913)	(969)
	(913)	(969)
Custo da operação		
Salários	(1.126)	(1.117)
Encargos sobre salários	(474)	(443)
Benefícios a empregados	(223)	(234)
Materiais	(365)	(155)
Serviços de terceiros	(672)	(17)
Seguros	(48)	(21)
Depreciação e amortização	(378)	(432)
Outros	(662)	(334)
	(3.948)	(2.753)

19. Receitas (despesas) operacionais

	2022	2021
		(reapresentado)
Despesas gerais e administrativas		
Salários	(1.347)	(947)
Encargos sobre salários	(426)	(315)
Benefícios a empregados	(304)	(121)
Honorários dos administradores	(336)	(835)
Encargos sobre honorários dos administradores	(68)	(175)
Benefícios dos administradores	(66)	(41)
Honorários conselho fiscal	(4)	(41)
Materiais	(202)	(39)
Serviços de terceiros	(1.299)	(749)
Aluguéis	(132)	(111)
Seguros	(4)	(10)
Recuperação de despesas	31	55
Impostos e taxas e tarifas	(63)	(55)
Depreciação e amortização	(63)	(50)
Gastos diversos	(136)	(135)
Perdas no recebimento	(11)	(26)
Provisão para contingências	-	55
	(4.430)	(3.540)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Aluguéis	652	322
Recuperação de PIS e COFINS (a)	(463)	(816)
Outras receitas	499	64
	688	(430)
	(3.742)	(3.970)

20. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		(reapresentado)
Rendimento de aplicações financeiras	266	127
Atualização monetária CVA	128	102
Atualização monetária PIS e COFINS	890	1.160
Outras receitas financeiras	723	272
	2.007	1.661
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	(76)	(6)
Variações monetárias	(90)	(56)
Outras despesas financeiras	(1.133)	(741)
	(1.299)	(803)
Resultado financeiro	708	858

21. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.129	1.843
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL (Adições) exclusões, liquidas	(724) 4	(627) 19
IRPJ e CSLL	(720)	(608)
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	-	53
Despesa de IRPJ e CSLL	(720)	(555)
Alíquota efetiva	34%	30%

(a) O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social referente ao exercício de 2021 está sendo apresentado antes dos ajustes de reapresentação, conforme descrito na nota 3.

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2022.

22. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos

financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entende que tais valores são muito próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2022	2021
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	184	1.091
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	3.121	2.603
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	2.616	4.747
Ativo financeiro da concessão (Nota 9)	Custo amortizado	505	461
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	4.031	5.017

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

23. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	2022	2021
Veículos	5.760	33
Vida	7.192	3

24. Eventos subsequentes

Decisões transitadas em julgado pelo STF

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Empresa avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Empresa entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.





PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Sócios e Administradores da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa” ou “Forcel”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria da Empresa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, em decorrência da correção de erros de competência de períodos anteriores, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias

A Empresa elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separadamente, sem modificação, com data de 04 de agosto de 2023.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 04 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE 023398/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentado)	01/01/2021 (reapresentado)
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	4	3.305	3.694	4.405
Consumidores	5	2.616	4.747	3.889
Estoques		59	30	30
Tributos a recuperar		63	31	34
Ativos regulatórios	8	2.268	3.411	1.998
Adiantamento a terceiros		-	84	44
Despesas antecipadas		-	11	8
Outros créditos		331	119	147
		19.362	15.828	17.699
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a recuperar	7	5.878	7.223	9.133
Depósitos judiciais		89	104	79
Tributos diferidos		-	-	53
Outros créditos		177	152	153
Imobilizado	9	12.990	8.349	8.281
Intangível	9	228	-	-
		28.004	27.955	28.254
TOTAL DO ATIVO				
28.004				
27.955				
28.254				
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	4.031	5.017	5.288
Empréstimos e financiamentos		262	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		296	296	295
Tributos a recolher	11	521	1.588	1.297
Encargos setoriais	12	717	1.151	2.188
Passivos regulatórios	8	4.378	769	580
Lucros a distribuir		584	596	622
Outras contas a pagar	13	9.030	14.721	14.912
		2.679	1.329	1.250
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		523	-	-
Provisão para contingências	14	-	-	85
Tributos diferidos	23	1.001	172	186
Obrigações vinculadas à concessão	15	1.155	1.157	979
		5.506	2.488	1.822
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	16	7.257	7.257	7.345
Lucros e prejuízos acumulados		(3.693)	(5.102)	(5.885)
Reavaliação regulatória		1.942	333	362
		28.004	27.955	28.254
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
28.004				
27.955				
28.254				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL		44.945	47.783
Fornecimento de energia elétrica		36.866	43.555
Ativos e passivos regulatórios		3.457	1.369
Serviços cobráveis		91	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		4.531	2.783
(-) Deduções da receita operacional		(12.630)	(16.833)
PIS_PASEP		(494)	(518)
COFINS		(2.281)	(2.386)
ICMS		(9.814)	(13.903)
ISSQN		(41)	(26)
(-) Encargos - Parcela "A"		(7.709)	(5.875)
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(133)	(112)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(131)	(112)
Conta de desenvolvimento energético. - CDE		(5.108)	(4.435)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(27)	(28)
Bandeiras tarifárias		-	(122)
Consumidores livres desconto		(2.310)	(1.066)
Receita líquida	17	24.606	25.075
Custo das atividades operacionais			
Custos com energia elétrica para revenda		(15.496)	(17.818)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	18	(15.496)	(17.818)
		9.110	7.257
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(8.399)	(6.270)
Pessoal e administradores	19	(5.003)	(4.642)
Material		(566)	(194)
Serviços de terceiros	20	(1.969)	(767)
Arrendamentos e aluguéis		(193)	(115)
Seguros		(53)	(32)
Provisões		(121)	29
(-) Recuperação de despesas		313	272
Tributos		(77)	(65)
Depreciação e amortização		(463)	(481)
Gastos diversos		(267)	(275)
Outras receitas operacionais	21	943	(198)
Outras despesas operacionais		(258)	(256)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		685	(454)
Resultado da atividade		1.396	533
Resultado financeiro	22	708	858
Receita financeira		2.007	1.661
Despesa financeira		(1.299)	(803)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		2.104	1.391
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23	(720)	(608)
Correntes		(720)	(555)
Diferidos		-	(53)
Lucro líquido do exercício		1.384	783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
Resultado do exercício	1.384	783
Reserva de reavaliação	1.609	(29)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	2.993	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	7.345	362	(5.885)	1.822
Redução de capital social	(88)	-	-	(88)
Lucro líquido do exercício	-	-	783	783
Realização de bens em serviço	-	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	7.257	333	(5.102)	2.488
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	1.384	1.384
Realização de bens em serviço	-	(25)	25	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	1.942	(3.693)	5.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021 (reapresentado)
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.104	1.391
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	463	481
Perdas de depreciação de VNR por baixas de bens não reversíveis	3	-
Juros e variações monetárias, líquidas	(2.128)	(360)
Participação financeira do consumidor	(2)	178
Provisão para perdas créditos esperados	11	21
Reversão de provisão de contingências	-	(85)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	3.132	922
Baixas líquidas de obrigações vinculadas a concessão	(27)	-
Inventário de estoque – material em depósito	(551)	-
	3.005	2.548
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	2.121	(878)
Estoques	(29)	-
Tributos a recuperar	(58)	-
Atividades financeiras e setoriais	1.195	(1.315)
Depósitos judiciais	15	(25)
Outros créditos	(143)	(14)
	3.101	(2.232)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(216)	(271)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	1
Tributos a recolher	1.015	1.853
Tributos diferidos	-	-
Encargos setoriais	(435)	(1.036)
Passivos financeiros setoriais	3.609	189
Outras obrigações	(4.352)	420
	(379)	1.156
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.727	1.472
Imposto de renda e contribuição social pagos	(678)	(555)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.049	917
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em obrigações vinculadas a concessão	98	-
Aplicações no imobilizado	(5.297)	(1.514)
Aplicações no intangível	(227)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.426)	(1.514)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Lucros distribuídos	(12)	(114)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(12)	(114)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(711)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.694	4.405
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(389)	(711)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
		(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL	40.693	44.459
Fornecimento de energia elétrica	36.866	43.555
Outras receitas	3.838	925
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	(21)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(18.697)	(19.297)
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	(17.818)
Materiais, serviços e outros	(3.201)	(1.479)
VALOR ADICIONADO BRUTO	21.996	25.162
Depreciação/Amortização	(463)	(481)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	21.533	24.681
VALOR ADICIONADO RECEBIO EM TRANSFERENCIA	7.190	4.766
Aluguéis	652	322
Receitas financeiras	2.007	1.661
Subvenções diversas	4.531	2.783
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	28.723	29.447
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(28.723)	29.447
Pessoal	(4.819)	(4.428)
Remuneração direta	(3.366)	(3.272)
Benefícios	(553)	(397)
Encargos sociais	(900)	(759)
Impostos, taxas e contribuições	(13.350)	(17.441)
Federais	(3.495)	(3.512)
Estaduais	(9.814)	(13.903)
Municipais	(41)	(26)
Encargos do consumidor	(7.708)	(5.876)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(133)	(112)
Programa de eficiência energética - PEE	(131)	(112)
Conta de desenvolv. energético. - CDE	(5.107)	(4.435)
Bandeiras tarifárias	(2.310)	(1.190)
Outros encargos	(27)	(27)
Remuneração de capitais de terceiros	(1.430)	(913)
Juros e variações monetárias	(1.298)	(803)
Aluguéis	(132)	(110)
Outros gastos da concessão	(32)	(6)
Indenização por danos elétricos	(32)	(6)
Remuneração de capitais próprios	(1.384)	(783)
Lucro líquido do exercício	(1.384)	(783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vívda Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a produção, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vívda, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vívda, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 11.177 (R\$ 12.011 em 31 de dezembro de 2021 rerepresentado), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário decorrente de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o qual originou obrigações de ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2022, foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica nº 168/2022-SGT/ANEEL. Durante o exercício de 2022, o montante de R\$ 7.173 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração tem a expectativa de que o saldo de R\$ 6.336 será amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023. Portanto, essas obrigações de ressarcir estão classificadas no passivo circulante enquanto os créditos tributários no ativo não circulante em função de sua expectativa de realização.

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período, reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2022, bem como irá gerar caixa adicional para a Empresa.

Impactos da COVID-19

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde o início da pandemia, meados de março de 2020, a Empresa vem mantendo as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores. A Empresa continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 cotados aproximadamente a US\$ 80, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de, aproximadamente, 6,5% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A Empresa não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia nas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4. Políticas contábeis

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

4.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam nas Notas 24 e 25, para melhor entendimento do leitor,



conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas nas demonstrações contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 04 de agosto de 2023.

4.3. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.4. Imobilizado

j. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

k. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.



A Empresa agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Empresa tem incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

I. Obrigações vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Concessionária para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

m. Reserva de reavaliação

Conforme o MCSE, item 6.3.6, imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

Para o exercício de 2022, a partir do novo laudo da revisão tarifária periódica (RTP), processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

4.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

4.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações contábeis regulatórias normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não há normas ou interpretações emitidas em 2022, mas ainda não vigentes que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa. A partir de 01 de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamento técnico CPC 50</p> <p>Este pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre contratos de seguro (CPC 11).</p>	IFRS	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p>Revisão de pronunciamentos técnicos nº 20</p> <p>Pronunciamentos técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.</p>	<p>Classification of liabilities as current or non-current;</p> <p>Extension of the temporary exemption from applying IFRS 9;</p> <p>Definition of accounting estimates;</p> <p>Disclosure of accounting policies; Deferred tax related to assets and liabilities arising from a single transaction.</p>	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21</p> <p>Pronunciamentos técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.</p>	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Empresa
<p>Alteração no IFRS 16</p> <p>O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback</p>	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Empresa

5. Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes de 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, estão sendo alterados e reapresentados em função da correção de erros de competência de exercícios anteriores descritos abaixo. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis regulatórias em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		01/01/2021
	Resultado	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos originalmente publicados	1.235	10.730	9.583
(g) Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)	(1.910)	7.223	9.133
(h) Contabilização de passivo regulatório com consumidores – ressarcimento de PIS e Cofins aos consumidores referentes aos créditos acima	(526)	(12.380)	(11.855)
(i) Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito	(25)	(25)	-
(j) Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor	-	(2.751)	(2.751)
(k) Contabilização de provisão para honorários advocatícios a pagar	936	(1.715)	(2.650)
(l) Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias	1.073	1.073	-
(m) Ajuste referente ao laudo de avaliação da base de remuneração regulatória	-	333	362
	(452)	(8.242)	(7.761)
Saldos reapresentados	783	2.488	1.822

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021:

ATIVO	Ref.	Reapresentado		Publicado	Reapresentado		Publicado
		31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021	Ajustes	31/12/2020
CIRCULANTE		12.127	-	12.127	10.555	-	10.555
Caixa e equivalente de caixa		3.694	-	3.694	4.405	-	4.405
Consumidores		4.747	-	4.747	3.889	-	3.889
Estoques		30	-	30	30	-	30
Tributos a recuperar		31	-	31	34	-	34
Ativos financeiros e setoriais		3.411	-	3.411	1.998	-	1.998
Adiantamento a terceiros		84	-	84	44	-	44
Despesas antecipadas		11	-	11	8	-	8
Outros créditos		119	-	119	147	-	147
NÃO CIRCULANTE		15.828	7.703	8.125	17.699	9.681	8.018
Tributos a recuperar	3.(i)	7.223	7.223	-	9.133	9.133	-
Depósitos judiciais		104	-	104	79	-	79
Tributos diferidos		-	-	-	53	-	53
Outros créditos		152	-	152	153	-	153
Imobilizado	3.(II;V)	8.349	480	7.869	8.281	548	7.733
TOTAL DO ATIVO		27.955	7.703	20.252	28.254	9.681	18.573
PASSIVO							
CIRCULANTE		24.138	15.777	8.361	25.182	17.256	7.926
Fornecedores	3.(III)	5.017	2.751	2.266	5.288	2.751	2.537
Obrigações sociais e trabalhistas		296	-	296	295	(19)	314
Tributos a recolher		1.588	-	1.588	1.297	-	1.297
Encargos setoriais		1.151	-	1.151	2.188	-	2.188
Passivos regulatórios	3.(IV)	769	(1.073)	1.842	580	-	580
Lucros a distribuir		596	-	596	622	-	622
Outras contas a pagar	3.(i)	14.721	14.099	622	14.912	14.524	388
NÃO CIRCULANTE		1.329	168	1.161	1.250	186	1.064
Provisão para contingências	3.(III)	-	(4)	4	85	-	85
Tributos diferidos	3.(V)	172	172	-	186	186	-
Obrigações vinculadas à concessão		1.157	-	1.157	979	-	979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.488	(8.242)	10.730	1.822	(7.761)	9.583
Capital social		7.257	-	7.257	7.345	-	7.345
Lucros (prejuízos) acumulados		(5.102)	(8.575)	3.473	(5.885)	(8.123)	2.238
Reavaliação regulatória	3.(V)	333	333	-	362	362	-
TOTAL DO PASSIVO		27.955	7.703	20.252	28.254	9.681	18.573

Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Ref.	Reapresentado 31/12/2021	Ajustes	Publicado 31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL		47.783	-	47.783
Fornecimento de energia elétrica		43.555	-	43.555
Ativos e passivos regulatórios		1.369	-	1.369
Serviços cobráveis		76	-	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		2.783	-	2.783
(-) Deduções da receita operacional		(16.833)	-	(16.833)
PIS_PASEP		(518)	-	(518)
COFINS		(2.386)	-	(2.386)
ICMS		(13.903)	-	(13.903)
ISSQN		(26)	-	(26)
(-) Encargos - parcela "A"		(5.875)	1.073	(6.948)
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(112)	-	(112)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(112)	-	(112)
Conta de desenvolv. energético. - CDE		(4.435)	-	(4.435)
Taxa de fisc. dos serv. de serv. de ener. elé - TFSE		(28)	-	(28)
Bandeiras tarifárias	3.(IV)	(122)	1.073	(1.195)
Consumidores livres desconto		(1.066)	-	(1.066)
Receita líquida		25.075	1.073	24.002
Custo das atividades operacionais				
Custos com energia elétrica para revenda		(17.818)	(567)	(17.251)
Custos com energia elétrica para revenda - PROINFA		-	568	(568)
		(17.818)	1	(17.819)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		7.257	1.074	6.183
Custos gerenciáveis - parcela "B"		(6.270)	1.010	(7.280)
Pessoal e administradores		(4.642)	(1.308)	(3.334)
Administradores		-	1.093	(1.093)
Material		(194)	-	(194)
Serviços de terceiros	3.(I)	(767)	1.021	(1.788)
Arrendamentos e aluguéis		(115)	-	(115)
Seguros		(32)	(32)	-
Provisões		29	29	-
(-) Recuperação de despesas		272	272	-
Tributos		(65)	(65)	-
Depreciação e amortização		(481)	-	(481)
Gastos diversos		(275)	-	(275)
Outras receitas operacionais	3.(I)	(198)	(2.257)	2.059
Outras despesas operacionais	3.(II)	(256)	(15)	(241)
Resultado da atividade		533	(188)	721
Resultado financeiro		858	(264)	1.122
Receita financeira	3.(I)	1.661	348	1.313
Despesa financeira	3.(I)	(803)	(612)	(191)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.391	(452)	1.843
Imposto de renda e contribuição social		(608)	-	(608)
Correntes		(555)	-	(555)
Diferidos		(53)	-	(53)
Resultado líquido do exercício		783	(452)	1.235

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Reapresentado		Publicado
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.391	(452)	1.843
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	917	89	828
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(1.514)	25	(1.539)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de Financiamento	(114)	(114)	-
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(711)	-	(711)
Caixa equivalentes de caixa			
No início do exercício	4.405	-	4.405
No final do exercício	3.694	-	3.694
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(711)	-	(711)

VI. Contabilização de créditos de PIS e Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado (exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS e da Cofins)

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 02 de maio 2019, onde, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de junho de 2021, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Considerando a natureza do crédito e, ainda que no âmbito regulatório o tema está sendo avaliado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, visto que a mesma avalia e considera que os valores, resultado do sucesso da ação, que devem ser devolvidos ao consumidor, durante o cada exercício. Em 27 de Junho de 2022 foi publicada a Lei de Nº 14.385 que adotou o entendimento de que todos os valores recuperados na ação judicial devem ser ressarcidos aos consumidores de forma integral mediante critérios equitativos considerados no procedimento de revisão tarifária, Como citado no "Art. 3º-B A Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)".

Dessa forma, os registros contábeis foram realizados entre Ativo (Tributos a recuperar) e passivo (Outras contas a pagar), sendo registrado no resultado apenas a diferença monetária apurada entre a correção mensal aplicada, resultando na atualização do saldo do crédito a Compensar da concessionária e o Saldo a devolver para Consumidores. Também realizou-se a Provisão com serviços Jurídicos na proporção de 30% (trinta por cento) do saldo a recuperar, a apropriação da despesa ocorrerá mensalmente de acordo com o montante de créditos compensados.

A fim de constituir o saldo do crédito de Tributos a recuperar – Ativo Não Circulante, elaborou-se a composição anual dos valores obtidos a título de atualização monetária, que corresponde a aplicação da taxa Selic sobre montante do saldo, bem com o saldo compensado no exercício com o débito dos impostos federais passíveis de compensação.

A partir da publicação da regulamentação para devolução dos créditos aos consumidores, na tempestiva revisão tarifária ciclo 2022/2023 realizada pela Aneel, foram considerados a somatória do valor total do crédito compensado desde a sua homologação a título de devolução ao consumidor,

bem como a projeção de saldo a compensar até o próximo ciclo de revisão tarifária. Esta informação está vinculada no arquivo SPARTA disponibilizado pela Aneel.

Sendo assim, em contrapartida à composição do Crédito de Tributos a recuperar, creditou-se em Passivo Circulante – Outras Contas a pagar, o mesmo valor a título de saldo de devolução ao consumidor, conforme determina a legislação. Da mesma forma que o crédito do Ativo, o saldo do Passivo também sofreu correção mensal pela Selic durante os exercícios.

Pelo reconhecimento dos Débitos e Créditos nas contas patrimoniais, os valores a título de correção monetária foram registrados no resultado, sendo R\$ 347 referente a Receitas Financeiras e -R\$ 612 para com Despesa financeira.

A legislação não versa sobre o rateio ou outra formada de diluição os honorários advocatícios entre as partes beneficiárias, sendo deste modo então os honorários absorvidos integralmente pela Concessionária e registrados como despesa. O valor R\$ 2.651 foi reconhecido no Passivo Circulante – Outras Contas a pagar.

Os valores pagos a título de serviços jurídicos, apropriados em despesas jurídicas no exercício 2021, foram estornados do Resultado (R\$ 1.021). A composição de R\$ 1.021 refere-se ao pagamento do exercício corrente (R\$ 612), bem como a reversão da provisão (R\$ 409) da apropriação com despesas jurídicas realizada em novembro/2021.

A fim de realizar o lançamento em tempo oportuno, os saldos constituídos foram registrados em contrapartida ao Patrimônio Líquido – Reserva Lucros.

VII. Contabilização do ajuste ao valor recuperável dos materiais em depósito

Conforme item 9 do CPC 16, os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. As estimativas para perdas com ativos são baseadas em premissas sobre o risco de que o custo médio histórico registrado contabilmente não exceda, nas condições existentes, o valor novo de reposição.

Os materiais classificados no ativo circulante destinados a investimentos, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Conforme apontado pelo relatório de auditor independente, devido ao seu valor relevante, não há previsão para realização deste estoque até o final da concessão (2045), levando em consideração a aplicação histórica.

A fim de realizar avaliação do valor recuperável desse ativo, buscou-se evidências através da abordagem de pesquisa de mercado, item a item, com o objetivo de realizar o registro do valor experimentado nas situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo menor valor entre o custo médio, valor da última compra e valor de mercado. O saldo obtido para os anos de 2021 e 2022 foram reconhecidos no resultado do exercício. Como critério de ajuste a valor presente do exercício de 2021, ao valor de mercado foi aplicado o índice de 10,06% (IPCA acumulado 2021) a título de desinflacionar o bem, bem como redução ao valor líquido de impostos (federais e estaduais).

VIII. Contabilização de multa contratual junto ao agente supridor

A relação civil contratual existente entre unidade Supridora Copel e a unidade Suprida Forcel, constitui-se de contrato compra e venda de energia elétrica nº 02/2015 firmado em 01/2015, e posteriormente celebrou-se termo aditivo 736/2016 alterando os montantes mensais de energia contratada inicialmente. Porém, nesse período houve redução da quantidade de MWh adquiridos da supridora, em função da migração de consumidores para ACL. Ao final do exercício a supridora emitiu fatura de R\$ 5.780 mil relativa ao montante de energia não adquirida, fora da faixa de tolerância.

O referido valor permanece em discussão judicial, porém a importância em discussão após mediação pela ANEEL é de R\$ 2.751, conforme nota fiscal nº 171476608. Sendo assim, a importância foi

reconhecida inicialmente no Passivo Circulante – Contas a Pagar – Fornecedores em contrapartida Custo de Energia comprada para revenda.

IX. Contabilização de passivos financeiros setoriais – Bandeiras Tarifárias

Durante o exercício de 2021 houve acionamento de bandeiras tarifárias, que repassa de forma imediata o aumento de custo na geração para o consumidor, e assim a concessionária recolheu nesse período os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias.

Após a contabilização e liquidação financeira no MCP (mercado de curto prazo) pela CCEE (câmara de comercialização de energia elétrica), a apuração do valor da concessionária nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2021 equivalente a R\$ 1.073, deixou de ser reconhecida em período oportuno no resultado. Sendo possível, após composição do saldo, efetuar o devido reconhecimento contábil em conta de resultado do montante apurado.

X. Ajuste referente ao laudo de avaliação da base de remuneração regulatória

De acordo com o laudo de avaliação para a quarta revisão tarifária periódica (RTP), processo 48500.000027/2016-63 da nota técnica nº 274/2016 (Resolução Homologatória nº 2.129, de 23 de agosto de 2016), a ANEEL estabeleceu os valores da base de remuneração. Os ajustes foram realizados para correção do saldo do ativo imobilizado, do passivo em tributos diferidos e o efeito da movimentação no resultado. Para o exercício de 2022, a partir do novo laudo da RTP, processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Contas bancárias à vista	184	1.091
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (a)	3.121	2.603
	3.305	3.694

- a. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários de liquidez imediata, sem um prazo estabelecido para o resgate, podendo esse ser efetuado a qualquer momento, sem perdas significativas de rendimentos, remunerados a uma taxa média entre 95% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021.

7. Consumidores

	2022	2021
Residencial	776	1.498
Industria	1.000	1.434
Comércio	453	899
Rural	186	299
Poder público	73	115
Iluminação pública	56	114
Serviço público	72	121
Luz fraterna	8	9
Outros	24	296
	2.648	4.785
Provisão para perdas de créditos esperadas	(32)	(38)
	2.616	4.747

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 10% ou mais da receita anual.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	2.297	4.258
Vencidos até 90 dias	287	496
Vencidos de 91 a 180 dias	31	3
Vencidos de 181 a 360 dias	8	6
Vencidos de 361 em diante	25	22
	2.648	4.785

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	(38)	(17)
Constituição	(11)	(21)
Write-off da provisão	17	-
Saldo final	(32)	(38)

8. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes.

As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

	2022	2021
Resultado		
Serviços de terceiros		
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	(638)	(614)
Aluguéis		
Fábio Berger (b)	(26)	(77)
Gastos diversos		
Máxima FM Ltda. (c)	(19)	(13)
	(683)	(704)

- d. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa a Sra. Tatiane Berger, filha do Sr. Fábio Berger que é administrador e quotista da Concessionária. Os serviços contratados pela Empresa referem-se a honorários advocatícios.
- e. Fábio Berger - administrador e quotista da Empresa. As despesas com aluguéis referem-se ao contrato de imóvel comercial.
- f. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 336 (2021: R\$ 835).

9. Tributos a recuperar

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Tributos a recuperar – Não circulante

	2022	2021
		(reapresentado)
Saldo inicial	7.223	9.133
Correção monetária	754	348
Compensação com débitos tributários	(2.111)	(2.258)
Outros tributos estaduais	12	-
Saldo final	5.878	7.223

Saldos por tributo

	2022	2021
		(reapresentado)
Pis a compensar	447	845
COFINS a compensar	5.419	6.378
ICMS a compensar	12	-
Saldos por tributo	5.878	7.223

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos financeiros setoriais

	2022	2021
Custos de energia comprada para revenda - CVA energia	1.046	2.951
Prog. incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	169	48
Transporte de energia RB	11	25
Transporte de energia - Itaipu	73	43
Conta de desenvolvimento energético - CDE	671	269
Neutralidade da parcela A	-	75
Sobrecontratação de energia	140	-
Encargos de serviço do sistema	158	-
Ativos financeiros setoriais	2.268	3.411

Passivo circulante

	2022	2021
		(reapresentado)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	129
Neutralidade da parcela A	30	138
Bandeiras tarifárias	-	390
Outros	4.348	112
Passivo circulante	4.378	769

Passivos financeiros setoriais - OUTROS

	2022	2021
Ultrapassagem de demanda	46	25
Excedente reativo	132	87
Demais passivos financeiros setoriais - Despacho 1959/2022	505	-
Devolução de crédito de Pis/Cofins - Sem base ICMS	3.665	-
Passivos financeiros setoriais - OUTROS	4.348	112

A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário e são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado quando incluídos na tarifa, fixada pela ANEEL em cada reajuste tarifário.



O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da resolução nº. 547 de maio de 2013, e está em vigor em todo o país desde o dia 1º de janeiro de 2015. O valor consignado no passivo da Empresa corresponde a arrecadação por meio das faturas de energia elétrica, líquida dos impostos, o qual deve ser repassado à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou compensado com os custos que integram a CVA consignada em conta ativa.

11. Imobilizado e intangível

Por natureza, o imobilizado da Empresa está constituído da seguinte forma:

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	(reapresentado) Valor líquido
Terrenos	1.156	-	1.156	395
Reservatórios e barragens	-	-	-	14
Edificações e benfeitorias	2.564	(2.439)	125	64
Máquinas e equipamentos	21.496	(13.633)	7.863	5.942
Veículos	1.131	(6)	1.125	335
Móveis e utensílios	706	(183)	523	7
Materiais em depósito	2.198	-	2.198	1.592
	29.251	(16.261)	12.990	8.349

Por natureza, o intangível da Empresa está constituído da seguinte forma:

	2022			2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	693	(465)	228	-
	693	(465)	228	-

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas pelas resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Descrição do ativo	Taxa média depreciação (a.a.)
Estrutura	3,57%
Condutor	3,57%
Medidor	7,69%
Transformador	4,35%
Veículos	14,29%
Equipamentos em geral	6,25%
Edificações	3,33%

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão para efeitos de determinação da tarifa, bem como para a apuração da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Movimentação dos saldos de imobilizado

	Saldos em 31/12/2021	VNR VOC	Adições	Inventário de Estoque	Baixas	Transferências	VNR Depreciação VOC	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Geração									
Terrenos	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Reservatórios e barragens	14	-	-	-	(14)	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	12	-	207	-	(217)	-	-	(2)	-
Máquinas e equipamentos	108	-	234	-	(473)	139	-	(8)	-
Móveis e utensílios	-	-	10	-	(10)	-	-	-	-
	135	-	451	-	(715)	139	-	(10)	-
Distribuição									
Terrenos	350	342	22	-	-	-	-	-	714
Edificações e benfeitorias	52	2.167	22	-	-	-	(2.135)	(7)	99
Máquinas e equipamentos	5.807	9.707	1.177	-	(982)	539	(8.070)	(386)	7.792
Veículos	234	-	1.427	-	(494)	-	-	(42)	1.125
Móveis e utensílios	1	34	161	-	(94)	-	(34)	(3)	65
	6.444	12.250	2.809	-	(1.570)	539	(10.239)	(438)	9.795
Administração									
Terrenos	44	401	-	-	-	(3)	-	-	442
Edificações, obras e benfeitorias	-	63	-	-	-	3	(40)	-	26
Máquinas e equipamentos	27	26	46	-	-	-	(23)	(4)	72
Veículos	101	-	-	-	(85)	-	-	(16)	-
Móveis e utensílios	6	41	538	-	(1)	(58)	(41)	(28)	457
	178	531	584	-	(86)	(58)	(104)	(48)	997
Ativo imobilizado em curso									
Distribuição									
Materiais em depósito	1.592	-	1.453	551	(720)	(678)	-	-	2.198
	8.349	12.781	5.297	551	(3.091)	(58)	(10.343)	(496)	12.990

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do imobilizado inclui R\$ 2.943 referentes a reavaliação decorrente da Revisão Tarifária Periódica (2021: R\$ 505), líquidos de depreciação acumulada.

Movimentação dos saldos de intangível

	Saldos em 31/12/2021	VNR VOC	Adições	Baixas	Transferências	VNR Depreciação VOC	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço								
Administração								
Intangíveis	-	157	227	(41)	58	(157)	(16)	228
	-	157	227	(41)	58	(157)	(16)	228

No ano de 2021 foi realizada a Quinta Revisão Tarifária Periódica, a qual homologou uma nova BRR (base de remuneração regulatória) para os ativos. Com base no processo: 48500.004628/2020-21 da nota técnica nº 139/2021-SFF/ANEEL, a ANEEL estabeleceu os valores de referência para da Base de Remuneração. Desse modo, foram realizados ajustes contábeis e no respectivo controle patrimonial regulatório de acordo com a homologação desta base remuneratória quando da publicação da respectiva resolução.

12. Fornecedores

	2022	2021
		(representado)
Fornecedores de energia elétrica	3.487	4.506
Fornecedores de materiais e serviços	544	511
	4.031	5.017

13. Tributos a recolher

	2022	2021
IRPJ	29	2
CSLL	14	3
PIS	28	33
COFINS	118	153
ICMS	314	1.392
ISS	7	2
OUTROS	11	3
	521	1.588

A partir do mês de novembro/2018, a Empresa passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A redução do saldo a recolher está vinculada diretamente ao valor de ICMS, que através da Lei 194 de junho de 2022 que determina a aplicação de alíquotas de ICMS pelo piso (18%) para o estado do Paraná.

14. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	2022	2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	461	941
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	-	70
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	256	46
Programa de eficiência energética	-	82
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	-	8
Outros	-	4
	717	1.151

15. Outras contas a pagar

	2022	2021
		(reapresentado)
Compra de energia microgeração	537	377
Consumidores PIS/COFINS a compensar	6.336	11.855
(-) Honorários advocatícios - Teodoro Oliveira Assessoria Ltda	1.637	2.155
Redução tarifária 22/23 - Classe A	335	-
Outros	185	334
	9.030	14.721

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é

corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

16. Provisões para contingências

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que as providências legais já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Empresa, sendo reavaliadas periodicamente.

Assim, com base na opinião dos assessores jurídicos, há prognóstico de perda possível para algumas ações em que a Empresa é polo passivo e que serão confirmadas apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Empresa e que, neste caso, conforme determina a NBC TG 25 (R1), são classificadas como de perda possível, não sendo requerido o registro passivo dos valores envolvidos. Essas contingências correspondem ao valor de R\$3.352 decorrentes de processos cíveis (2021: R\$ 1.267).

17. Obrigações vinculadas à concessão

Os montantes representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme a resolução normativa nº 1000/2021 a distribuidora deve atender gratuitamente às solicitações de fornecimento para unidades consumidoras conforme seção XVI – Da conexão gratuita. Portanto a participação financeira do consumidor consiste em bens e instalações oriundos de obras de atendimento previstos na Capítulo II – Da Conexão, Seções XVII e XVIII da resolução normativa nº 1000/2021 sendo assim arcada parcial ou totalmente pelo consumidor. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

	2022	2021
Participação financeira do consumidor	903	884
(-) Participação financeira do consumidor - amortização	(410)	(373)
Bens recebidos por doação	761	761
(-) Bens recebidos por doação - amortização	(148)	(115)
P&D aplicados no ativo imobilizado	50	-
(-) P&D aplicados no ativo imobilizado - amortização	(1)	-
	1.155	1.157

18. Patrimônio líquido

c. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

	2022 e 2021	
	Quotas	Valor total
Prefeitura municipal de Coronel Vivida	972.199	972
Outros quotistas	6.284.335	6.285
	7.256.534	7.257

Em 19 de maio de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração e consolidação da 28ª alteração contratual, que tratou da retira da sociedade de Moacir Francisco Stellerd através transferência de cotas ao sócio majoritário Fabio Berger, não resultando, porém, em alteração no total de cotas e do capital social.

Em 25 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social, no montante de R\$ 88, decorrente da saída de sócios pessoas físicas da sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, o montante permanece registrado no passivo circulante, no grupo de lucros a distribuir.

d. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término de cada exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram distribuídos lucros de exercícios anteriores aos sócios, no montante de R\$ 12 (2021: R\$ 114)

e. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

19. Receita líquida

	2022	2021
Fornecimento de energia elétrica		(reapresentado)
Residencial	9.344	12.601
Industrial	16.691	17.859
Comercial	6.073	7.410
Rural	2.074	2.463
Poder público	922	1.003
Serviço público	897	1.026
Iluminação pública	865	1.193
	36.866	43.555
Ativos e passivos setoriais		
Constituição e amortização energia	(1.251)	947
Constituição e amortização PROINFA	53	66
Constituição e amortização rede básica	(14)	(5)
Constituição e amortização transporte de energia elétrica Itaipu	27	232
Constituição e amortização encargos de serviços de sistema	(191)	289
Constituição e amortização CDE	494	(155)
Constituição e amortização neutralidade parcela A	(35)	(395)
Constituição e amortização ultrapassagem e demanda	30	10
Constituição e amortização ultrapassagem excedente reativo	293	23
Constituição e amortização recuperação de PIS e COFINS	2.391	-
Constituição e amortização risco outros	1.455	357
Sobrecontratação de energia	205	-
	3.457	1.369
Serviços cobráveis		
Serviços taxados	91	76
	91	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		
Subvenção subsídio tarifário	4.380	2.610
Subvenções vinculadas ao serviço concedido - baixa renda	151	173
	4.531	2.783
(-) Impostos incidentes sob receita		
PIS	(494)	(518)
COFINS	(2.281)	(2.386)
ICMS	(9.814)	(13.903)
ISS	(41)	(26)
	(12.630)	(16.833)
(-) Encargos do consumidor		
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	(55)	(45)
Fundo nacional de desenv. científico e tecnológico - FNDCT	(52)	(45)
Ministério de minas e energia - MME	(26)	(22)
Programa de eficiência energética - PEE	(105)	(90)
Procel	(26)	(22)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.108)	(4.435)
Taxas de fiscalização	(27)	(27)
Bandeira tarifárias	-	(122)
Consumidores livres - desconto	(2.310)	(1.067)
	(7.709)	(5.875)
Receita líquida	24.606	25.075

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada

à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da FORCEL beneficiados pelos referidos Programas em 2022 e 2021:

	2022		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	5.717	87%	5.605	87%
Número de consumidores atendidos como “baixa renda”	512	8%	540	8%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna	347	5%	281	4%
	6.576	100%	6.426	100%

Os dados do faturamento por classe de consumidores atendidos podem ser apresentados conforme quadro a seguir:

	Qtde. consumidores		MW/h		R\$	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Residencial	6.576	6.426	11.981	11.859	9.344
Industrial	245	231	45.146	43.616	16.691	17.859
Comercial	831	809	8.202	7.995	6.073	7.410
Rural	748	735	3.607	3.721	2.074	2.463
Poder público	97	97	1.186	979	922	1.003
Serviço público	10	10	1.540	1.429	897	1.026
Iluminação pública	1	1	1.671	1.692	865	1.193
Outros	3	3	46	70	-	-
	8.511	8.312	73.379	71.361	36.866	43.555

20. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	(15.744)	(18.492)
(-) Cofins não cumulativo	1.102	1.020
(-) Pis não cumulativo	239	221
Energia elétrica comprada para revenda – PROINFA	(1.093)	(567)
	(15.496)	(17.818)

21. Pessoal e administradores

	2022	2021
Salários	(3.038)	(3.155)
Encargos	(1.007)	(964)
Outros	(958)	(523)
	(5.003)	(4.642)

22. Serviços de terceiros

	2022	2021
Sistemas de informação	(488)	(360)
Correio e telefone	(24)	(25)
Serviços jurídicos	(31)	(30)
Consultoria e auditoria	(174)	(247)
Honorários contábeis externos	(36)	-
Assessoria técnica	(70)	(63)
Manutenção e conservação	(231)	(1)
Serviços de leituristas	(637)	-
Uniforme e materiais de segurança	(32)	-
Gerenciamento energia elétrica na CCEE	(26)	-
Projetos e instalações e laudos técnicos	(62)	-
Frete, passagens e viagens	(26)	-
Outros	(132)	(41)
	(1.969)	(767)

23. Outras receitas operacionais

	2022	2021
		(reapresentado)
Prestação de serviços	46	68
Aluguéis	652	322
Recuperação de PIS e COFINS (a)	(463)	(816)
Outras receitas	708	228
	943	(198)

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras	2022	2021
		(reapresentado)
Rendimento de aplicações financeiras	266	127
Atualização monetária CVA	128	102
Atualização monetária PIS e COFINS	890	1.160
Outras receitas financeiras	723	272
	2.007	1.661
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	(76)	(6)
Variações monetárias	(105)	(56)
Outras despesas financeiras	(1.118)	(741)
	(1.299)	(803)
Resultado financeiro	708	858

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (a)	2.129	1.843
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL (Adições) exclusões, liquidadas	4	(627)
IRPJ e CSLL		(608)
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	-	53
Despesa de IRPJ e CSLL	(720)	(555)
Alíquota efetiva	34%	30%

(a) O Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social referente ao exercício de 2021 está sendo apresentado antes dos ajustes de reapresentação, conforme descrito na nota 3.

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os tributos diferidos estão contabilizados sobre as seguintes bases:

	2022	2021
Reavaliação regulatória (revisão tarifária periódica)	1.001	172
Tributos diferidos	1.001	172

26. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Ativo	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	8.642	-	8.642	12.127	-	12.127
Caixa e equivalente de caixa	3.305	-	3.305	3.694	-	3.694
Consumidores	2.616	-	2.616	4.747	-	4.747
Estoques	59	-	59	30	-	30
Tributos a recuperar	63	-	63	31	-	31
Ativos regulatórios	2.268	-	2.268	3.411	-	3.411
Adiantamento a terceiros	(d) -	(173)	173	84	-	84
Despesas antecipadas	-	-	-	11	-	11
Outros créditos	(d) 331	173	158	119	-	119
NÃO CIRCULANTE	19.362	(4.098)	15.264	15.828	(1.662)	14.166
Tributos compensáveis	5.878	-	5.878	7.223	-	7.223
Depósitos judiciais	89	-	89	104	-	104
Outros créditos	177	-	177	152	-	152
Ativo financeiro de concessão	(a) -	505	505	-	461	461
Imobilizado	(a)/(b)/(c) 12.990	12.990	-	8.349	(8.203)	146
Intangível	(b) 228	8.387	8.615	-	6.080	6.080
Total do ativo	28.004	(4.098)	23.906	27.955	(1.662)	26.293
PASSIVO	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	19.819	-	19.819	24.138	-	24.138
Fornecedores	4.031	-	4.031	5.017	-	5.017
Empréstimos e financiamentos	262	-	262	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	296	-	296	296	-	296
Tributos a recolher	521	-	521	1.588	-	1.588
Encargos setoriais	717	-	717	1.151	-	1.151
Passivos regulatórios	4.378	-	4.378	769	-	769
Lucros a distribuir	584	-	584	596	-	596
Outras contas a pagar	9.030	-	9.030	14.721	-	14.721
NÃO CIRCULANTE	2.679	(2.156)	523	1.329	(1.329)	-
Empréstimos e financiamentos	523	-	523	-	-	-
Tributos diferidos	1.001	(1.001)	-	172	(172)	-
Obrigações vinculadas à	1.155	(1.155)	-	1.157	(1.157)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.506	(1.942)	3.564	2.488	(333)	2.155
Capital social	7.257	-	7.257	7.257	-	7.257
Prejuízos acumulados	(3.693)	-	(3.693)	(5.102)	-	(5.102)
Reavaliação regulatória	1.942	(1.942)	-	333	(333)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	28.004	(4.098)	23.906	27.955	(1.662)	26.293



Força e Luz Coronel Vivida Ltda

Prestação Anual de Contas | 31 de dezembro de 2022

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes da parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, deduzidas das “obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica”. São reconhecidas como um ativo financeiro da concessão na contabilidade societária, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão.

(b) Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Empresa de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão.

(c) Os ajustes são decorrentes dos montantes que representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Os ajustes são decorrentes da reclassificação de contas de acordo com o MCSE (manual de contabilidade do setor elétrico)

27. Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário

	2022			2021		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECITA OPERACIONAL	44.945	913	45.858	47.783	969	48.752
Fornecimento de energia elétrica	36.866	-	36.866	43.555	-	43.555
Ativos e passivos regulatórios	3.457	-	3.457	1.369	-	1.369
Serviços cobráveis	91	-	91	76	-	76
Doações, contribuições e subvenções vinculadas	4.531	-	4.531	2.783	-	2.783
Receita de construção (a)	-	913	913	-	969	969
(-) Deduções da receita operacional	(12.630)	-	(12.630)	(16.833)	-	(16.833)
PIS_PASEP	(494)	-	(494)	(518)	-	(518)
COFINS	(2.281)	-	(2.281)	(2.386)	-	(2.386)
ICMS	(9.814)	-	(9.814)	(13.903)	-	(13.903)
ISSQN	(41)	-	(41)	(26)	-	(26)
(-) Encargos - Parcela "A"	(7.709)	1	(7.708)	(5.875)	1	(5.876)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(133)	-	(133)	(112)	-	(112)
Programa de eficiência energética - PEE	(131)	-	(131)	(112)	-	(112)
Conta de desenvolv. energética. - CDE	(5.108)	-	(5.108)	(4.435)	-	(4.435)
Taxa de fisc. dos serv. de ener. elé - TFSE	(27)	-	(27)	(27)	-	(27)
Bandeiras tarifárias	-	-	-	(122)	-	(122)
Consumidores livres desconto	(2.310)	1	(2.309)	(1.067)	1	(1.068)
Receita líquida	24.606	914	25.520	25.075	968	26.043
Custo das atividades operacionais	(15.496)	(4.861)	(20.357)	(17.818)	(3.722)	(21.540)
Custos com energia elétrica para revenda	(15.496)	-	(15.496)	(17.818)	-	(17.818)
Custos de operação (a)	-	(3.948)	(3.948)	-	(2.753)	(2.753)
Custos de construção (a)	-	(913)	(913)	-	(969)	(969)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	9.110	(3.947)	5.163	7.257	(2.754)	4.503
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(8.399)	3.969	(4.430)	(6.270)	2.730	(3.540)
Pessoal e administradores	(5.003)	2.452	(2.551)	(4.642)	2.167	(2.475)
Material (a)	(566)	364	(202)	(194)	155	(39)
Serviços de terceiros (a)	(1.969)	670	(1.299)	(767)	18	(749)
Arrendamentos e aluguéis (a)	(193)	61	(132)	(115)	4	(111)
Impostos e taxas e tarifas (a)	(77)	14	(63)	(65)	10	(55)
Seguros (a)	(53)	49	(4)	(32)	22	(10)
Provisões (a)	(121)	110	(11)	29	-	29
(-) Recuperação de despesas (a)	313	(282)	31	272	(217)	55
Depreciação e amortização (a)	(463)	400	(63)	(481)	431	(50)
Gastos diversos (a)	(267)	131	(136)	(275)	140	(135)
Outras receitas operacionais	943	-	943	(198)	-	(198)
Outras despesas operacionais	(258)	3	(255)	(256)	24	(232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	685	3	688	(454)	24	(430)
Resultado da atividade	1.396	25	1.421	533	-	533
Resultado financeiro	708	-	708	858	-	858
Receita financeira	2.007	-	2.007	1.661	-	1.661
Despesa financeira	(1.299)	-	(1.299)	(803)	-	(803)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.104	25	2.129	1.391	-	1.391
Imposto de renda e contribuição social	(720)	-	(720)	(608)	-	(608)
Correntes	(720)	-	(720)	(555)	-	(555)
Diferidos	-	-	-	(53)	-	(53)
Lucro líquido do exercício	1.384	25	1.409	783	-	783

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Desta forma, a receita de construção está representada pelo mesmo montante

em custo de construção. Estes valores são de reconhecimento obrigatório pela ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

28. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entende que tais valores são muito próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação – CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

		2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes (Nota 4)	Custo amortizado	184	1.091
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	3.121	2.603
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	2.616	4.747
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	4.031	5.017

29. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	2022	2021
Veículos	5.760	33
Vida	7.192	3

30. Eventos subsequentes

Decisões transitadas em julgado pelo STF

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Empresa avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Empresa entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.

